

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

**A CRISE ENTRE VENEZUELA E GUIANA PELA REGIÃO DE  
ESSEQUIBO:**

**Desafios e oportunidades para o fortalecimento do protagonismo  
do Brasil no subcontinente sul-americano**

Rio de Janeiro

2024

**A CRISE ENTRE VENEZUELA E GUIANA PELA REGIÃO DE  
ESSEQUIBO:  
Desafios e oportunidades para o fortalecimento do protagonismo  
do Brasil no subcontinente sul-americano**

Dissertação apresentada à Escola de Guerra Naval, como requisito parcial para a conclusão do Curso de Estado Maior para Oficiais Superiores.

Orientador: CMG (RM-1) Alexandre Tito dos Santos Xavier

Rio de Janeiro  
Escola de Guerra Naval  
2024

## **DECLARAÇÃO DA NÃO EXISTÊNCIA DE APROPRIAÇÃO INTELECTUAL IRREGULAR**

Declaro que este trabalho acadêmico: a) corresponde ao resultado de investigação por mim desenvolvida, enquanto discente da Escola de Guerra Naval (EGN); b) é um trabalho original, ou seja, que não foi por mim anteriormente utilizado para fins acadêmicos ou quaisquer outros; c) é inédito, isto é, não foi ainda objeto de publicação; e d) é de minha integral e exclusiva autoria.

Declaro também que tenho ciência de que a utilização de ideias ou palavras de autoria de outrem, sem a devida identificação da fonte, e o uso de recursos de inteligência artificial no processo de escrita constituem grave falta ética, moral, legal e disciplinar. Ademais, assumo o compromisso de que este trabalho possa, a qualquer tempo, ser analisado para verificação de sua originalidade e ineditismo, por meio de ferramentas de detecção de similaridades ou por profissionais qualificados.

Os direitos morais e patrimoniais deste trabalho acadêmico, nos termos da Lei 9.610/1998, pertencem ao seu Autor, sendo vedado o uso comercial sem prévia autorização. É permitida a transcrição parcial de textos do trabalho, ou mencioná-los, para comentários e citações, desde que seja feita a referência bibliográfica completa.

Os conceitos e ideias expressas neste trabalho acadêmico são de responsabilidade do Autor e não retratam qualquer orientação institucional da EGN ou da Marinha do Brasil.

## **AGRADECIMENTO**

A realização deste trabalho acadêmico foi possível graças ao apoio e contribuição de muitas pessoas e instituições. Primeiramente, agradeço a Deus pela iluminação, força e perseverança concedidas ao longo desta jornada. Aos meus pais, pelo amor incondicional, pelo apoio constante e por acreditarem no meu potencial em todos os momentos, mesmo nos mais desafiadores. À minha esposa, pelo entendimento, apoio e carinho, fundamentais para superar os desafios que surgiram ao longo do caminho.

Ao orientador C-EMOS 2024, minha profunda gratidão por toda orientação, paciência e estímulo constante, essenciais para a conclusão deste trabalho. Sua dedicação e sabedoria foram pilares que sustentaram o desenvolvimento desta pesquisa.

Agradeço à Escola de Guerra Naval, pela oportunidade, infraestrutura e conhecimentos transmitidos, que foram essenciais para o desenvolvimento desta pesquisa.

Por fim, agradeço a todos que, de alguma forma, contribuíram para a concretização deste trabalho, meu muito obrigado. Este trabalho é fruto do esforço coletivo e da dedicação de todos vocês.

“Estar preparado para a guerra é um dos meios mais eficazes de preservar a paz.”  
(George Washington)

## RESUMO

Esta pesquisa analisa a crise territorial entre Venezuela e Guiana pela região de Essequibo, destacando os desafios e oportunidades que essa situação apresenta para o fortalecimento do protagonismo do Brasil na América do Sul. A pesquisa analisa a Política Externa Brasileira desde 2010, com ênfase na mediação de conflitos regionais e na abordagem geopolítica adotada pelo Brasil. Além disso, investiga o contexto histórico da disputa pelo Essequibo, as posições oficiais dos países envolvidos e as implicações econômicas e militares decorrentes da descoberta de recursos naturais na região. O estudo identifica desafios estratégicos, como a fragilidade da soberania brasileira em áreas fronteiriças, e oportunidades para o Brasil atuar como mediador regional. Enfatiza-se a necessidade de uma Base Industrial de Defesa sólida para fortalecer a capacidade dissuasória e assegurar a soberania nacional. Conclui-se que a crise do Essequibo oferece uma oportunidade estratégica para o Brasil consolidar seu papel de liderança regional, promovendo estabilidade e segurança na América do Sul por meio de uma diplomacia eficaz e uma preparação militar adequada.

**Palavras-chave:** Crise do Essequibo, Política Externa Brasileira, Venezuela, Guiana, Liderança Regional, Defesa Nacional, Base Industrial de Defesa, Diplomacia, Soberania Nacional.

## ABSTRACT

### THE CRISIS BETWEEN VENEZUELA AND GUYANA OVER THE ESSEQUIBO REGION: CHALLENGES AND OPPORTUNITIES FOR STRENGTHENING BRAZIL'S ROLE IN THE SOUTH AMERICAN SUBCONTINENT

This research analyzes the territorial crisis between Venezuela and Guyana over the Essequibo region, highlighting the challenges and opportunities this situation presents for strengthening Brazil's role in South America. The study examines Brazilian Foreign Policy since 2010, with an emphasis on regional conflict mediation and the geopolitical approach adopted by Brazil. Additionally, it investigates the historical context of the Essequibo dispute, the official positions of the countries involved, and the economic and military implications arising from the discovery of natural resources in the region. The study identifies strategic challenges, such as the fragility of Brazilian sovereignty in border areas, and opportunities for Brazil to act as a regional mediator. It emphasizes the need for a solid Defense Industrial Base to enhance deterrence capability and ensure national sovereignty. The research concludes that the Essequibo crisis offers a strategic opportunity for Brazil to consolidate its role as a regional leader, promoting stability and security in South America through effective diplomacy and adequate military preparedness.

**Keywords:** Essequibo Crisis, Brazilian Foreign Policy, Venezuela, Guyana, Regional Leadership, National Defense, Defense Industrial Base, Diplomacy, National Sovereignty.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

|  |    |
|--|----|
| FIGURA 1 – Zona de Reclamação .....                          | 58 |
| FIGURA 2 – Base Militar Venezuelana na Ilha de Anacoco ..... | 59 |
| FIGURA 3 – O bloco <i>offshore Stabroek</i> .....            | 60 |

## LISTA DE TABELAS

|  |    |
|--|----|
| TABELA 1 – Principais Disputas por Essequibo no Século 19 e 20 ..... | 61 |
|--|----|

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

|          |   |  |
|----------|---|--|
| BID      | — | Base Industrial de Defesa                              |
| CARICOM  | — | Comunidade do Caribe                                   |
| CELAC    | — | Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos   |
| CRFB/88  | — | Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 |
| END      | — | Estratégia Nacional de Defesa                          |
| FARC     | — | Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia             |
| FA       | — | Forças Armadas   |
| LBDN     | — | Livro Branco de Defesa Nacional                        |
| MERCOSUL | — | Mercado Comum do Sul                                   |
| OEA      | — | Organização dos Estados Americanos                     |
| ONU      | — | Organização das Nações Unidas                          |
| PEB      | — | Política Externa Brasileira                            |
| PEC      | — | Proposta de Emenda à Constituição                      |
| PIB      | — | Produto Interno Bruto                                  |
| PND      | — | Política Nacional de Defesa                            |
| UNASUL   | — | União de Nações Sul-Americanas                         |

## SUMÁRIO

|          |   |           |
|----------|---|-----------|
| <b>1</b> | <b>INTRODUÇÃO</b> .....   | <b>13</b> |
| <b>2</b> | <b>REFERENCIAL TEÓRICO</b> .....                                | <b>18</b> |
| 2.1      | INTRODUÇÃO À POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA .....                  | 18        |
| 2.2      | A PEB A PARTIR DE 2010 .....                                    | 21        |
| 2.2.1    | LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA (2003–2011) .....                     | 21        |
| 2.2.2    | DILMA ROUSEFF (2011–2016) .....                                 | 22        |
| 2.2.3    | MICHEL TEMER (2016–2018) .....                                  | 22        |
| 2.2.4    | JAIR BOLSONARO (2019–2022) .....                                | 23        |
| 2.2.5    | LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA (2023–) .....                         | 24        |
| 2.3      | A POLÍTICA E A ESTRATÉGIA NACIONAL DE DEFESA .....              | 25        |
| <b>3</b> | <b>CONTEXTO HISTÓRICO</b> .....                                 | <b>27</b> |
| 3.1      | A DISPUTA PELO TERRITÓRIO DO ESSEQUIBO .....                    | 27        |
| 3.2      | ESCALADA DA CRISE NO SÉCULO XXI .....                           | 29        |
| 3.2.1    | DESCOBERTA DE RECURSOS NATURAIS .....                           | 29        |
| 3.2.2    | IMPACTO ECONÔMICO E MILITAR .....                               | 31        |
| 3.2.2.1  | <i>Venezuela</i> .....  | 31        |
| 3.2.2.2  | <i>Guiana</i> .....   | 32        |
| 3.3      | POSIÇÕES OFICIAIS DOS PAÍSES ENVOLVIDOS .....                   | 33        |
| 3.3.1    | <i>Venezuela</i> .....  | 34        |
| 3.3.2    | <i>Guiana</i> .....   | 34        |
| <b>4</b> | <b>ANÁLISE DO PAPEL DO BRASIL</b> .....                         | <b>36</b> |
| 4.1      | DESAFIOS DO BRASIL COMO LÍDER REGIONAL .....                    | 36        |
| 4.1.1    | Fragilidades da Soberania Brasileira no Estado de Roraima ..... | 36        |
| 4.1.2    | A atuação do Itamaraty em Relação à Crise do Essequibo .....    | 38        |
| 4.1.3    | Os Impactos da Inércia do Brasil como Líder Regional .....      | 40        |
| 4.2      | OPORTUNIDADES PARA O FORTALECIMENTO REGIONAL DO<br>BRASIL ..... | 42        |
| 4.2.1    | O Papel do Brasil na Crise do Essequibo .....                   | 42        |
| 4.2.2    | A Sociedade Civil no Apoio e Fortalecimento das Forças Armadas  | 44        |

|          |                                      |           |
|----------|--------------------------------------|-----------|
| 4.2.3    | A Política de Defesa do Brasil ..... | 45        |
| <b>5</b> | <b>CONCLUSÃO</b> .....               | <b>48</b> |
|          | <b>REFERÊNCIAS</b> .....             | <b>53</b> |
|          | <b>ANEXOS</b> .....                  | <b>59</b> |

## 1 INTRODUÇÃO

A crise entre a Venezuela e a Guiana pela região do Essequibo transcende as antigas disputas territoriais originadas no período colonial, configurando-se hoje como um desafio geopolítico complexo na América do Sul, cujas implicações vão além das fronteiras dos países diretamente envolvidos. Essa disputa, que se arrasta há séculos, tem como palco uma extensa região, equivalente a 70% do território da Guiana, conforme o observado na figura 1 do Anexo A. Esta região é rica em biodiversidade e recursos naturais, incluindo petróleo e minerais preciosos, elevando a sua importância no tabuleiro geopolítico internacional. Nesse contexto, a região do Essequibo surge como um vetor com o potencial de influenciar as dinâmicas de poder e as relações internacionais na América do Sul.

É importante destacar a notável disparidade entre os países envolvidos na contenda pelo Essequibo. A República Bolivariana da Venezuela se destaca, ocupando a posição da décima primeira economia da América Latina, com um Produto Interno Bruto (PIB) de US\$ 92,21 bilhões. Possui um território extenso, abrangendo 912.050 km<sup>2</sup>, e uma população de 30 milhões de habitantes. No aspecto militar, a Venezuela dispõe de forças consideráveis, com 123 mil membros ativos nas Forças Armadas (FA) e cerca de 200 mil paramilitares<sup>1</sup>, consolidando sua posição como o sexto maior poder armado do subcontinente sul-americano. Um ponto central da sua economia é a exploração e exportação de petróleo, setor no qual o país se destaca globalmente, detendo a maior reserva comprovada de petróleo do mundo, representando 18% do total global.

Do outro lado do contencioso, encontra-se a República Cooperativista da Guiana, que obteve sua independência do Reino Unido em 1966. Este Estado possui um território de 214.969 km<sup>2</sup> e uma população de 791 mil habitantes. Diferentemente da Venezuela, a Guiana não tem FA tradicionais, mas sim uma Força de Defesa Nacional, com cerca de 3 mil membros, que opera de maneira similar a um corpo policial<sup>2</sup>. Um marco significativo para o país ocorreu em 2015, quando a empresa americana *ExxonMobil* descobriu vastas reservas de petróleo e gás natural ao longo da costa do Essequibo, na área conhecida como Margem Equatorial. A Guiana concedeu permissão à instituição estadunidense para iniciar a exploração desses

---

<sup>1</sup> Dados retirados do *The World Factbook: Venezuela*, disponibilizado no site da CIA.

<sup>2</sup> Dados retirados do *The World Factbook: Guyana*, disponibilizado no site da CIA.

recursos, o que provocou uma forte oposição da Venezuela. O governo de Caracas argumenta que isso viola o Acordo de Genebra de 1966, segundo o qual o país não reconheceria a validade do Laudo Arbitral de Paris de 1899, que havia estabelecido os limites entre o seu país e a antiga Guiana Britânica. Em contrapartida, a Guiana refuta a reivindicação venezuelana, mantendo sua inconformidade com o acordo mencionado.

A Guiana apresentou um crescimento econômico notável, triplicando sua economia desde o início da exploração de petróleo em dezembro de 2019. Saindo de um dos menores Produtos Internos Brutos (PIB) per capita da América Latina e do Caribe nos anos noventa, a produção de petróleo levou ao maior crescimento real do PIB global em 2022, com 62,3%. Projeta-se que a exploração petrolífera continue a crescer rapidamente, com quatro novos campos operacionais até 2028. Além disso, o PIB não relacionado ao petróleo também deve crescer, graças aos investimentos governamentais em capital humano, redução de custos energéticos e desenvolvimento de infraestrutura. Espera-se que o PIB real da Guiana cresça a uma média anual de 20% entre 2024 e 2028<sup>3</sup>.

Para o Brasil, a crise do Essequibo desdobra-se em uma complexa mescla de desafios e oportunidades. No papel de líder regional<sup>4</sup>, o Brasil se depara com a importante tarefa de equilibrar a sua política externa, esforçando-se simultaneamente para promover a estabilidade e a paz na América do Sul, enquanto salvaguarda os seus interesses estratégicos e incentiva a cooperação entre os países sul-americanos. A participação ativa do Brasil na mediação deste conflito é vista como fundamental, proporcionando um canal para o diálogo e a negociação. Tal atuação não apenas solidificaria o papel do Brasil como um agente pacificador, mas também reforçaria sua influência como uma liderança diplomática essencial na região sul-americana.

Dessa forma, a crise do Essequibo emerge como um ponto de atenção na geopolítica da América do Sul, impondo aos países da região, especialmente ao Brasil, a necessidade de uma análise metódica e de uma atitude ativa. A maneira como este conflito está sendo abordado tem o potencial de moldar as dinâmicas das relações internacionais sul-americanas nas próximas décadas. Isso ressalta o papel

---

<sup>3</sup> Dados retirados do *Guyana Staff Report for the 2023 Article IV Consultation*, disponibilizados no site do Fundo Monetário Internacional (FMI).

<sup>4</sup> Dados retirados do *The World Factbook: Brazil*, disponibilizado no site da CIA.

central de uma diplomacia comprometida, responsável e focada no desenvolvimento de um futuro pacífico e sustentável para a região.

Assim, enquanto o Brasil busca se consolidar como líder regional, sua influência econômica, política e capacidade de mediação de conflitos são frequentemente objeto de controvérsias e questionamentos. Diversos analistas apontam desafios internos e externos que limitam o papel do país na região e afetam a percepção de sua liderança.

A estratégia diplomática do Brasil, fundamentada na cautela e discernimento, está profundamente enraizada nos princípios de não-intervenção e resolução pacífica de conflitos. Esses valores, que refletem a sociedade brasileira, estão formalmente integrados no artigo 4º da CRFB/88. Esse artigo enfatiza o compromisso do Brasil com a soberania dos Estados, a igualdade entre as nações e a cooperação internacional.

A PEB, fundamentada em princípios constitucionais, segue uma orientação multilateral e busca uma participação ativa em fóruns internacionais. Tradicionalmente, o Brasil usa esses espaços para resolver conflitos, consolidando-se como mediador confiável e agente de estabilidade regional. Priorizando o diálogo e o consenso, a PEB promove soluções pacíficas e a paz regional.

No cenário atual, onde a estabilidade geopolítica da América do Sul enfrenta desafios decorrentes de disputas territoriais e questões de segurança, a posição do Brasil como liderança proeminente na região adquire uma importância destacada. A perspectiva do General Carlos de Meira Mattos<sup>5</sup>, enfatiza a necessidade crítica de manter FA bem preparadas e equipadas. Essa preparação é vista como vital não apenas para a defesa da soberania e integridade territorial do país, mas também para garantir a estabilidade em áreas fronteiriças potencialmente voláteis, onde persiste a ameaça de tensões e conflitos.

Além disso, a concepção de FA eficazes vai além da mera presença de um aparato militar. Ela envolve a necessidade de capacitação constante, o avanço no desenvolvimento de tecnologias de defesa avançadas e a criação de estratégias que assegurem a defesa efetiva do território nacional e contribuam para a segurança da região. Este conceito ressalta que uma força militar, quando adequadamente

---

<sup>5</sup> O general Carlos de Meira Mattos (1913-2007) produziu uma vasta obra nos campos da Geopolítica e da Estratégia Militar.

estruturada e gerenciada, se torna um recurso essencial para a diplomacia, funcionando como um elemento de dissuasão contra potenciais ameaças ou ataques.

A Política Nacional de Defesa (PND) de 2020 incorpora uma perspectiva estratégica que fortalece e moderniza as FA brasileiras, destacando a necessidade de uma capacidade dissuasória. O documento reconhece que segurança e defesa são alicerces da política externa do país e essenciais para a paz na região sul-americana. Assim, o investimento em capacidades defensivas vai além da segurança nacional, sendo importante também para a estabilidade e cooperação no subcontinente.

Adicionalmente, é interessante observarmos que a estratégia de dissuasão da PND pode assegurar ao Brasil uma postura defensiva sólida, capaz de evitar conflitos e garantir a resolução pacífica e diplomática para eventuais disputas regionais. Essa capacidade é relevante para que o Brasil possa exercer sua influência geopolítica de forma responsável, combinando força e diplomacia. Dessa maneira, o país reafirma o seu compromisso com a paz e a segurança regionais, mostrando que a força militar e a diplomacia são complementares na construção de um subcontinente sul-americano mais estável e próspero. Portanto, a manutenção de FA bem preparadas, aliada à implementação de políticas de defesa bem fundamentadas conforme delineado pela PND de 2020, revela-se vital para o Brasil.

Assim sendo, tentar-se-á responder a seguinte questão de pesquisa: em que medida a crise do Essequibo pode contribuir para o fortalecimento do protagonismo do Brasil na América do Sul?

Nesse contexto, para a realização desta pesquisa foi selecionada como delimitação espacial a região do Essequibo e seus reclamantes, Guiana e Venezuela. A metodologia adotada será a bibliográfica documental, e a pesquisa não estabelecerá hipóteses. Iremos nos concentrar no período de intensificação da crise a partir de 2010, abordando os eventos significativos, os pronunciamentos políticos, as mobilizações militares e os esforços diplomáticos relevantes. O papel da comunidade internacional, incluindo organizações regionais e globais, também será considerado. Adicionalmente, analisaremos a postura do Brasil em termos diplomáticos e militares, destacando a sua capacidade e predisposição para mediar e solucionar os conflitos na região de maneira pacífica.

A pesquisa tem como objetivo examinar os desafios e oportunidades que a crise do Essequibo oferece para o aumento do protagonismo brasileiro na América do Sul. Ela está estruturada em cinco capítulos, sendo esta Introdução o primeiro. O

Capítulo 2 analisará a PEB a partir de 2010, focando nas estratégias do Brasil para mediação de conflitos e na abordagem geopolítica na América do Sul. A investigação será fundamentada nos ensinamentos do General Carlos de Meira Mattos, que aborda a importância estratégica do território brasileiro, e nas obras de Luiz Alberto de Vianna Moniz Bandeira, que analisam o comportamento diplomático do Brasil. Esses referenciais teóricos esclarecerão os princípios que orientam a PEB na resolução de conflitos, destacando o papel do Brasil como mediador e promotor da estabilidade regional.

Ao longo do capítulo 3, analisaremos o contexto histórico envolvendo a disputa pelo território do Essequibo entre a Venezuela e a Guiana. Para embasar essa análise, será empregado como referência principal a obra de Oden Ishmael<sup>6</sup> e o posicionamento oficial dos Ministérios de Relações Exteriores de ambos os países. Este capítulo tem o objetivo de elucidar o posicionamento de cada nação envolvida e, em particular, examinar a abordagem do Brasil frente a essa crise geopolítica. Ademais, pretende-se explorar as consequências dessa disputa para a dinâmica geopolítica regional.

Já no capítulo 4, baseando-se nas informações e análises apresentadas nos capítulos anteriores, será realizada uma discussão integrada que ponderará sobre o papel do Brasil no contexto sul-americano, considerando a crise do Essequibo.

Por fim, na Conclusão responderemos à questão de pesquisa.

---

<sup>6</sup> Odeen Ishmael é um diplomata, educador e escritor nascido na Guiana. Durante sua carreira, ele serviu em várias posições diplomáticas importantes, incluindo a de Embaixador da Guiana nos Estados Unidos, Venezuela e Kuwait.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

Neste capítulo, será realizada uma análise da PEB, com ênfase na mediação de conflitos regionais e internacionais pelo Brasil. Primeiramente, analisaremos os princípios fundamentais estabelecidos no artigo 4º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CRFB/88), que definem os pilares da diplomacia brasileira. Em seguida, examinaremos a política externa adotada pelo país em suas relações internacionais a partir de 2010, identificando e avaliando os casos em que o Brasil atuou como mediador, com destaque para os resultados e os aprendizados. Por fim, examinaremos a Estratégia Nacional de Defesa de 2020 (END) e seu potencial impacto na qualidade e eficácia da diplomacia brasileira.

### 2.1 INTRODUÇÃO À POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA

A PEB é fundamentada nos princípios estabelecidos pela CRFB/88, promulgada após a redemocratização. Desde então, a PEB tem adotado os princípios da solução pacífica de controvérsias, da não intervenção e da autodeterminação dos povos, estabelecendo um marco jurídico e ético para a atuação do país nas relações internacionais. Dessa forma, o Brasil se posiciona como defensor de uma ordem mundial mais justa e equitativa (Cervo; Bueno, 2015).

O artigo 4º da CRFB/88 estabelece os princípios que orientam as relações internacionais do país, incluindo a independência nacional, a prevalência dos direitos humanos, a autodeterminação dos povos, a não intervenção, a igualdade entre os Estados, a defesa da paz, a solução pacífica dos conflitos, o repúdio ao terrorismo e ao racismo, a cooperação entre os povos para o progresso da humanidade e a concessão de asilo político. Esses princípios refletem os valores fundamentais da diplomacia brasileira e direcionam as políticas e ações externas do país (Brasil, 1988).

Neste contexto, é importante identificar os elementos que conferem relevância a um país no sistema internacional. Portanto, é pertinente analisar os principais fatores, destacados por Bandeira (2010), que qualificam um país como potência e determina a sua posição hierárquica global. Esses fatores incluem a extensão territorial, o poder econômico e o poder militar. Tais elementos podem permitir que um Estado atue de forma autônoma, influencie outros países e estabeleça a sua

expressão como uma potência regional ou internacional. Assim, Bandeira (2010) afirma:

Extensão territorial, poder econômico e poder militar são três fatores que devem ser considerados para qualificar um país como potência e compreender sua posição na hierarquia entre Estados. Estes são os fatores e permitem a um Estado atuar independentemente e influir sobre outros Estados e, portanto, determinar em que condições ele se expressa como potência regional internacional. Um Estado, que dispõe de potencial econômico, força militar e extensão territorial (assumindo, por suposto, que a população seja correspondente ao espaço que ocupa), pode tornar-se hegemônico, o líder e o guia de um sistema de alianças e acordos de variado alcance” (Bandeira, 2010, p. 77).

Segundo Venturi (2021), o Brasil, com uma extensão territorial de cerca de 8,5 milhões de km<sup>2</sup>, é o quinto maior país do mundo. Esse vasto território é abundante em recursos naturais, como minerais, petróleo, gás natural e uma das maiores reservas de água doce do planeta. A Amazônia, a maior floresta tropical do mundo, é vital não apenas por sua biodiversidade, mas também por seu papel fundamental no equilíbrio climático global. Além disso, o país é um dos principais produtores mundiais de *commodities* agrícolas, incluindo soja, café e carne bovina, destacando a sua importância no cenário global de alimentos e de recursos naturais<sup>7</sup>.

Em abril de 2024, o Fundo Monetário Internacional (FMI) divulgou o *World Economic Outlook*, destacando que o Brasil é a maior economia da América Latina e a 12<sup>a</sup> maior do mundo, com um PIB nominal de aproximadamente US\$ 1,8 trilhão em 2023. O relatório aponta a diversificação da economia brasileira, com o setor de serviços contribuindo com a maioria do PIB, seguido pelos setores industrial e agrícola. Além disso, o Brasil possui um mercado consumidor relevante, sustentado por uma população que ultrapassa 210 milhões de habitantes<sup>8</sup> (FMI, 2024).

Segundo o *South American Military Powers Ranked (2024)*, o Brasil se destaca como a principal potência da América do Sul, tanto em termos de efetivo quanto de capacidade operacional. Em 2023, o país destinou aproximadamente 1,11% do PIB para a defesa, equivalente a cerca de R\$ 121 bilhões<sup>9</sup>. As FA brasileiras, compostas pela Marinha, Exército e Aeronáutica, totalizam cerca de 360 mil militares na ativa. Internacionalmente, o Brasil é reconhecido por sua participação em missões de paz

---

<sup>7</sup> Dados retirados da Produção agrícola do Brasil, disponibilizado no site do IBGE.

<sup>8</sup> Dados retirados da Word Economic Outlook April 2024, disponibilizado no site do FMI.

<sup>9</sup> Dados retirados do Orçamento da Defesa, disponibilizado no site do Ministério da Defesa.

da Organização das Nações Unidas (ONU) e na cooperação militar regional. Contudo, enfrenta desafios na modernização de equipamentos e na manutenção de sua capacidade defensiva, essencial para a manutenção da soberania brasileira<sup>10</sup> (South American Military Powers Ranked, 2024).

O General Carlos de Meira Mattos (1913 – 2007) destaca a importância das FA para a defesa e estabilidade nacional. Ele afirma que uma força militar bem-preparada é essencial para garantir tanto a soberania quanto a integridade territorial do Brasil, especialmente em áreas fronteiriças voláteis. Meira Mattos enfatiza a necessidade de aprimorar constantemente a capacidade militar com tecnologias avançadas e formação contínua, permitindo ao país exercer influência geopolítica e se posicionar como líder regional. Ele defende que a força militar atua como dissuasão contra ameaças e suporte fundamental para a diplomacia, permitindo negociações a partir de uma posição de força, promovendo a paz e estabilidade regional (Mattos, 1980).

John Mearsheimer (1947–) argumenta que o poder militar é um componente essencial para a segurança nacional e a estabilidade internacional, servindo de base teórica para a visão defendida por Meira Mattos. Assim, Mearsheimer defende que a preparação militar é vital para a dissuasão de ameaças e para a manutenção da paz, pois um Estado forte é menos suscetível a ataques e pode negociar a partir de uma posição de força (Mearsheimer, 2001).

Hans Morgenthau (1904–1980), um dos fundadores da teoria realista<sup>11</sup>, também reforça a visão de Meira Mattos ao afirmar que a política internacional é regida pelo interesse nacional, que muitas vezes se traduz em termos de poder. Para Morgenthau, a capacidade militar é um componente fundamental do poder nacional, e a manutenção de FA bem preparadas é essencial para a defesa da soberania e da integridade territorial de um país (Morgenthau, 1948).

Nesse sentido, podemos concluir, tendo como base os dados apresentados acima, que o Brasil possui os três fatores apontados por Bandeira para exercer a sua liderança regional, a saber: extensão territorial, o poder econômico e o poder militar.

---

<sup>10</sup> Dados retirados do Dia Internacional dos Mantenedores da Paz, disponibilizado no site do Ministério da Defesa (<https://www.gov.br/defesa/pt-br/centrais-de-conteudo/noticias/dia-internacional-dos-mantenedores-da-paz>, 2024).

<sup>11</sup> A teoria realista das relações internacionais, frequentemente chamada de realismo, é uma perspectiva teórica que enfatiza a importância do poder e do interesse nacional na política internacional. De acordo com essa teoria, os Estados são os principais atores no sistema internacional, agindo de maneira racional e egoísta para maximizar sua segurança e poder (Mingst; Arreguin-Toft, 2014, pp. 62-68).

Cabe iluminarmos, ainda, a importância do componente militar para o país exercer a sua capacidade diplomática de forma mais relevante e efetiva.

Dessa forma, para aprofundar a análise da atual PEB, acreditamos que é necessário examinar as rupturas e continuidades a partir de 2010, com o intuito de compreender como a diplomacia brasileira adaptou-se às condições econômicas e políticas ao longo do tempo, permitindo avaliar como tais princípios constitucionais foram mantidos ou ajustados durante os governos subsequentes.

## 2.2 A PEB A PARTIR DE 2010

A partir de 2010, a PEB foi submetida a adaptações estratégicas em resposta às transformações no cenário regional e à necessidade de atender a objetivos internos, como o fortalecimento da liderança e a promoção do desenvolvimento regional. Este estudo busca examinar as principais diretrizes diplomáticas adotadas pelos diferentes governos ao longo desse período, destacando as rupturas e continuidades na atuação internacional do Brasil.

### 2.2.1 Luiz Inácio Lula da Silva (2003–2011)

Durante o segundo mandato de Luiz Inácio Lula da Silva, a PEB focou na cooperação Sul-Sul e nas relações com países em desenvolvimento na América Latina, África e Ásia. A diplomacia brasileira promoveu o multilateralismo, a integração regional e defendeu reformas em instituições internacionais, como o Conselho de Segurança da ONU, consolidando o Brasil como líder regional (Cervo; Bueno, 2015).

Em 2009, o Brasil mediou a crise em Honduras após o golpe de Estado que depôs o presidente Manuel Zelaya (1952–). Ao oferecer asilo a Zelaya na embaixada brasileira em Tegucigalpa, o Brasil demonstrou compromisso com a restauração da ordem democrática. A mediação brasileira foi fundamental ao pressionar por novas eleições, realizadas em 29 de novembro de 2009, marcando um passo importante para a estabilização do país. O Brasil destacou-se como mediador confiável e defensor da democracia, com Lula condenando o golpe, pedindo intervenção internacional e o retorno de Zelaya ao poder (Cardoso, 2016).

### 2.2.2 Dilma Rousseff (2011–2016)

Durante o governo de Dilma Rousseff (1947–), a PEB continuou a enfatizar a integração regional e as parcerias com países emergentes, mantendo um forte compromisso com o multilateralismo e a defesa dos direitos humanos. Houve um reforço significativo nas relações com países da América Latina, particularmente no Mercado Comum do Sul (MERCOSUL)<sup>12</sup> e na União de Nações Sul-Americanas (UNASUL)<sup>13</sup>, buscando promover a integração regional. A diversificação de parcerias foi uma estratégia relevante, ampliando a cooperação com países emergentes e em desenvolvimento, incluindo regiões como África e Oriente Médio. A diplomacia econômica foi uma prioridade, com esforços voltados para promover as exportações brasileiras e atrair investimentos estrangeiros, fortalecendo a posição do Brasil no cenário internacional (Patriota, 2023).

Durante o período de 2014 a 2016, o Brasil desempenhou um papel ativo na crise política e econômica da Venezuela. O país promoveu o diálogo entre o governo de Nicolás Maduro (1962–) e a oposição venezuelana, participou de missões de observação eleitoral em 2015, ofereceu ajuda humanitária e facilitou a entrada de refugiados venezuelanos no país. Além disso, por meio do MERCOSUL e da Organização dos Estados Americanos (OEA)<sup>14</sup>, o Brasil pressionou diplomaticamente o governo venezuelano para respeitar os direitos humanos e as normas democráticas. Essas iniciativas refletiram o compromisso do país com a estabilidade regional e a defesa dos direitos humanos (Patriota, 2023).

### 2.2.3 Michel Temer (2016–2018)

Na gestão de Michel Temer (1940–), a PEB passou por uma reorientação significativa, com ênfase na recuperação econômica e na atração de investimentos

---

<sup>12</sup> O Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) é um bloco econômico da América do Sul que busca integrar economicamente e politicamente países como Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai.

<sup>13</sup> A União de Nações Sul-Americanas (UNASUL) é uma organização regional fundada em 2008 para promover a integração econômica, política e social de 12 países da América do Sul.

<sup>14</sup> A Organização dos Estados Americanos (OEA) é uma organização internacional fundada em 1948, composta por 35 Estados-membros, com o objetivo de promover cooperação, segurança, democracia e direitos humanos nas Américas.

estrangeiros. A diplomacia brasileira procurou fortalecer relações com os Estados Unidos da América (EUA) e a Europa, buscando acordos comerciais visando reaquecer a economia brasileira. Houve um esforço notável na manutenção de boas relações com países desenvolvidos, alinhando-se com interesses comerciais e econômicos, enquanto o multilateralismo, embora não abandonado, foi ressignificado com um foco maior em elementos econômicos (Mouron; Zila, 2019).

Neste período, o Brasil desempenhou um importante papel na mediação do processo de paz na Colômbia, facilitando o diálogo entre o governo colombiano e as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia<sup>15</sup>. A contribuição brasileira incluiu apoio logístico e político, além da participação em missões de observação e verificação do cessar-fogo. Este envolvimento evidenciou, novamente, o compromisso do Brasil com a paz e a estabilidade regional, sendo importante para a construção da confiança entre as partes e culminando na assinatura do acordo de paz em 2016. Paralelamente, o Brasil manteve um papel diplomático ativo em fóruns regionais, defendendo a democracia e os direitos humanos durante a crise política na Venezuela, em 2017, apesar dos resultados limitados devido à complexidade do cenário daquele país (Mouron; Zila, 2019).

#### 2.2.4 Jair Bolsonaro (2019–2022)

A administração de Jair Bolsonaro (1955–) promoveu uma reorientação na PEB, caracterizada por um alinhamento mais estreito com os Estados Unidos e uma posição crítica em relação a governos socialistas, como os da Venezuela e de Cuba. Essa mudança resultou em uma revisão da postura tradicional do Itamaraty e no redirecionamento da atuação do Brasil em organismos multilaterais. Durante esse período, a PEB distanciou-se da política de não intervenção ao reconhecer Juan Guaidó<sup>16</sup> como presidente interino da Venezuela, em consonância com a política adotada pelos EUA (Belém Lopes; Carvalho; Santos, 2022). Vale destacar que essa postura é objeto de interpretações distintas entre os analistas: para alguns, trata-se

---

<sup>15</sup> As Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) foram um grupo guerrilheiro marxista-leninista que lutou contra o governo colombiano por mais de cinco décadas, até a assinatura do acordo de paz em 2016.

<sup>16</sup> Juan Guaidó, político Venezuelano, declarou-se presidente interino da Venezuela em 2019, contestando a reeleição de Nicolás Maduro como fraudulenta (EXAME, 2019).

de um movimento ideológico, enquanto para outros, constitui uma estratégia pragmática voltada aos interesses regionais do Brasil. Essas visões variadas sublinham a complexidade e as múltiplas interpretações acerca da PEB durante o governo Bolsonaro.

Embora tenha sido alvo de críticas, a política externa do governo Bolsonaro também recebeu elogios por fortalecer laços com países estratégicos e promover a abertura de novos mercados para produtos brasileiros. Houve avanços em acordos comerciais e parcerias bilaterais com nações como Estados Unidos, Israel e Japão, além de um maior engajamento com o setor privado em fóruns internacionais (Ernesto Araújo, 2019). Essa abordagem buscou atrair investimentos e diversificar os parceiros comerciais do Brasil, reduzindo a dependência de mercados tradicionais e ampliando o acesso de produtos nacionais a novas regiões.

#### 2.2.5 Luiz Inácio Lula da Silva (2023–)

Desde que reassumiu o governo em 2023, o presidente Lula tem conduzido uma política externa focada no fortalecimento do multilateralismo, na cooperação regional e no enfrentamento das mudanças climáticas. Esse direcionamento se reflete em uma presença ativa em cúpulas internacionais e em visitas diplomáticas estratégicas, que sinalizam o interesse em reposicionar o Brasil como ator relevante no cenário global. Nesse contexto, o país assumiu posições de destaque em fóruns internacionais, incluindo a presidência do G20<sup>17</sup> e a organização da COP30<sup>18</sup>, programada para ocorrer em Belém em 2025 (Global Policy Watch, 2024).

Entretanto, essa abordagem também impôs desafios. A tentativa do Brasil de atuar como mediador em conflitos internacionais, como a guerra na Ucrânia, suscitou críticas: alguns analistas interpretam a neutralidade adotada como ambígua e de alcance limitado para produzir efeitos concretos. Além disso, surgem questionamentos internos sobre a adequação de uma política externa ativa em um contexto doméstico

---

<sup>17</sup> O G20 é um fórum internacional que reúne as principais economias do mundo para discutir e coordenar políticas econômicas e financeiras. Inclui 19 países e a União Europeia, representando 85% do PIB global e 75% do comércio internacional.

<sup>18</sup> A COP30 será a 30ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (UNFCCC). Será sediada em Belém, Brasil, em 2025. É uma reunião anual onde líderes globais discutem e negociam ações para combater as mudanças climáticas.

marcado por desafios econômicos e sociais, o que gera debate acerca dos reais benefícios dessa estratégia para os interesses nacionais.

Nesse sentido, por meio da análise das rupturas e continuidades na PEB a partir de 2010, pode-se identificar um período de transição geopolítica no qual o Brasil teve que equilibrar posturas políticas distintas com as suas ambições globais e com as realidades econômicas internas.

### 2.3 A POLÍTICA E A ESTRATÉGIA NACIONAL DE DEFESA

O Brasil, caracterizado por sua vasta extensão territorial e abundantes recursos naturais, adota uma postura diplomática voltada para a paz e a resolução pacífica de conflitos. Entretanto, é imperativo que o país mantenha uma vigilância constante em relação à Defesa Nacional, especialmente em um contexto de crescente instabilidade global. A PND se articula com outras políticas nacionais, consolidando o Poder Nacional e estabelecendo objetivos claros para a proteção da soberania e dos interesses do país. Este documento também orienta a promoção da cooperação internacional e o desenvolvimento nacional, destacando a importância de uma forte capacidade defensiva. Ademais, a PND enfatiza a relevância do entorno estratégico, que abrange a América do Sul, o Atlântico Sul, a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa e o Continente Antártico (PND, 2020).

Cabe ressaltarmos que a PEB fundamenta suas relações internacionais nos princípios constitucionais da não-intervenção, defesa da paz e solução pacífica dos conflitos, valores profundamente enraizados na identidade nacional. No entanto, é perceptível a necessidade do país em se preparar adequadamente para a defesa, conforme já defendido pelo Barão do Rio Branco (1845–1912)<sup>19</sup>, ao afirmar que "nenhum Estado pode ser pacífico sem ser forte". A valorização daqueles princípios não exclui a necessidade de prontidão do país para a defesa de sua soberania. Portanto, a PND delinea os Objetivos Nacionais de Defesa, enquanto a END detalha as medidas necessárias para alcançá-los, coordenando ações de segurança e defesa. A END, ao especificar estratégias para a defesa do país, distingue e articula os

---

<sup>19</sup> O Barão do Rio Branco, José Maria da Silva Paranhos Júnior, foi um diplomata brasileiro fundamental na consolidação das fronteiras do Brasil e na política externa do início do século XX, influenciando a modernização da Marinha para usá-la como instrumento de dissuasão na América do Sul (Alsina Júnior, 2015).

esforços entre os três Poderes e segmentos não governamentais visando alcançar a manutenção da soberania nacional (END, 2020).

Um aspecto fundamental destacado é a importância do engajamento contínuo da sociedade nos temas de defesa. A PND e a END ressaltam a necessidade de ampliar a conscientização pública sobre a importância da defesa nacional, promovendo uma cultura de defesa entre os cidadãos brasileiros. Essas diretrizes têm como objetivo fortalecer o envolvimento cívico e garantir que a sociedade compreenda e apoie as iniciativas de defesa do país, contribuindo para a coesão nacional e a segurança coletiva (PND, 2020; END, 2020).

No contexto da crise do Essequibo, verificamos que a diplomacia brasileira tem reiterado a importância de uma solução pacífica e negociada para preservar a estabilidade regional. No entanto, observamos que, para que a diplomacia brasileira seja eficaz, é essencial dispor de um poder militar significativo e apto a defender os interesses do Brasil diante dos desafios em seu entorno estratégico, especialmente na eventualidade de uma violação do território brasileiro no estado de Roraima por tropas venezuelanas visando invadir a Guiana.

Portanto, reforçamos que, para alcançar tais objetivos nacionais, previstos tanto pela PEB quanto pela política de defesa, é imperativo que o Brasil atue como um agente diplomático na mediação de conflitos e como um agente dissuasório, visando garantir a segurança no entorno estratégico brasileiro. Afinal, sem estabilidade regional, o Brasil não assegura o seu desenvolvimento.

### 3 CONTEXTO HISTÓRICO

A disputa pela região do Essequibo origina-se de um complexo processo colonial e das rivalidades entre potências europeias. Inicialmente explorada pelos espanhóis no século XV, a área foi cedida aos holandeses em 1648, através do Tratado de Münster. Com a conquista britânica em 1796 e a anexação formal em 1815, o território passou a ser administrado pela Grã-Bretanha, integrando a Guiana Britânica. Desde o século XIX, a Venezuela contesta a soberania sobre a região, questionando as fronteiras estabelecidas pelos britânicos, incluindo a demarcação de Schomburgk em 1840, o que alimenta uma controvérsia persistente até hoje.

#### 3.1 A DISPUTA PELO TERRITÓRIO DO ESSEQUIBO

A exploração da região atualmente conhecida como Guiana iniciou-se com os espanhóis no final do século 15, sendo cedida aos holandeses em 1648, conforme o Tratado de Münster. Os holandeses fundaram as colônias de Pomeroon, Essequibo, Berbice e Demerara. Em 1796, os britânicos conquistaram a região, e, em 1815, as colônias de Berbice, Demerara e Essequibo foram oficialmente entregues à Grã-Bretanha, formando a Guiana Britânica (Nascimento, 2024).

A Venezuela foi colonizada pelos espanhóis a partir de 1522 e obteve a independência em 1811. Em 1814, a Grã-Bretanha firmou o Tratado de Paris com a Espanha, na conjuntura das Guerras Napoleônicas (1804-1815), que reconheceu a soberania britânica sobre a Guiana. A disputa territorial referente à região de Essequibo começou na segunda metade do século 19, quando a Guiana ainda era uma colônia britânica (International Court of Justice, 2023).

Em 1840, a Grã-Bretanha tentou delimitar a fronteira oeste de seu território colonial da Guiana Britânica quando Robert Hermann Schomburgk<sup>20</sup> (1804–1865), designado pelo governo britânico, realizou uma pesquisa topográfica abrangente e marcou uma linha de fronteira proposta com a Venezuela, que havia declarado sua independência da Espanha dez anos antes. No entanto, a Venezuela recusou-se a

---

<sup>20</sup> Robert Hermann Schomburgk foi um explorador e geógrafo alemão, que realizou uma pesquisa topográfica na Guiana Britânica em 1840, marcando uma linha de fronteira proposta com a Venezuela.

aceitar a linha recomendada por Schomburgk, que incluía as bacias dos rios Essequibo e *Cuyuni* como território da Guiana Britânica. Assim, teve origem a disputa fronteiriça que duraria décadas (Ishmael, 2015).

A controvérsia continuou até 1897, quando o presidente dos EUA, Grover Cleveland (1837–1908), que apoiava o lado venezuelano da questão, forçou a Grã-Bretanha a submeter o assunto à arbitragem. Para esse fim, a Venezuela e a Grã-Bretanha concordaram com o Tratado de Washington<sup>21</sup>, em 1897, submetendo a disputa a um tribunal arbitral com representação equitativa de ambos os países. Em 1899, o tribunal emitiu sua decisão, detalhando a fronteira entre a Venezuela e a Guiana Britânica. A Venezuela aceitou a decisão até 1962, quando declarou que a sentença de 1899 era “nula e sem efeito” e retomou as suas reivindicações territoriais (Ishmael, 2015).

Em 1966, os governos da Venezuela, Grã-Bretanha e Guiana Britânica assinaram o Acordo de Genebra<sup>22</sup>, criando uma Comissão Mista para buscar soluções para a controvérsia. Entretanto, a Venezuela realizou incursões militares no território fronteiriço da Guiana e ocupou a metade guianense da Ilha de Anacoco. A questão permaneceu em disputa até 1970, quando, pelo Protocolo de Porto de Espanha, ambos os países concordaram em suspender as ações militares e buscar uma solução no prazo de doze anos. No entanto, em 1982, a Venezuela optou por não renovar o protocolo, transferindo as discussões para o âmbito das Nações Unidas (Ishmael, 2015).

Cabe ressaltar que a Venezuela tem reforçado a sua presença militar na fronteira com a Guiana. Tal fato pode ser constatado pelas imagens de satélite, conforme o observado na figura 2 do Anexo A. Estas mostram obras e equipamentos militares na ilha de Anacoco, que fica na confluência do rio Cuyuni e do rio Venamo em local de mata fechada próximo à fronteira com a Guiana (Valor Econômico, 2024).

Nesse sentido, podemos concluir que a disputa pelo território do Essequibo expõe implicações geopolíticas para a América do Sul, pois a Venezuela sustenta que o Acordo de Genebra de 1966 deve ser a base para a resolução da questão, enquanto a Guiana defende a validade do Laudo Arbitral de 1899. É pertinente mencionar que

---

<sup>21</sup> O Tratado de Washington, assinado em 1897, foi um acordo entre a Venezuela e a Grã-Bretanha que submeteu a disputa territorial pelo Essequibo a um tribunal arbitral internacional.

<sup>22</sup> O Acordo de Genebra de 1966, firmado entre Venezuela, Grã-Bretanha e Guiana Britânica, visava resolver a controvérsia sobre a alegação da Venezuela de que a decisão arbitral de 1899 era “nula e sem efeito”.

a Tabela 1 do Anexo B apresenta uma relação das principais disputas pelo território de Essequibo nos séculos 19 e 20.

Em janeiro de 1969, durante a Revolta de *Rupununi*<sup>23</sup>, o governo brasileiro adotou uma postura de vigilância e de neutralidade. Imediatamente após os primeiros relatos do conflito na região da fronteira entre a Guiana e o estado de Roraima, o Brasil intensificou o controle fronteiriço evitando qualquer violação de seu território. O governo brasileiro reafirmou os princípios de não-intervenção nos assuntos internos de outros países e manifestou ao governo da Guiana a sua confiança na superação dos distúrbios, destacando a importância de se respeitar a integridade territorial da nação amiga. Este posicionamento refletiu o compromisso do Brasil com a paz e a estabilidade regional, evitando o apoio a qualquer movimento que pudesse comprometer a segurança interna dos países vizinhos (Ishmael, 2013; Clyde, 1969).

Na contemporaneidade, a retomada desse conflito fronteiriço influencia a estabilidade regional, atraindo a atenção de atores globais interessados nos recursos naturais abundantes do território. Além disso, a posição do Brasil como possível mediador da crise é relevante para promover a paz e a cooperação regional, evidenciando a importância de uma diplomacia eficaz e de uma abordagem multilateral para a resolução de conflitos na América do Sul (Ishmael, 2015).

Assim, podemos concluir que apesar das várias tentativas de resolver a disputa pelo território de Essequibo por meio de arbitragem internacional, acordos bilaterais e intervenções diplomáticas, a controvérsia persiste como uma questão central nas relações entre a Venezuela e a Guiana.

## 3.2 ESCALADA DA CRISE NO SÉCULO 21

### 3.2.1 Descoberta de Recursos Naturais

A objeção venezuelana à exploração de petróleo pela Guiana marcou um ponto significativo na escalada da crise territorial entre os dois países. Em 27 de fevereiro de 2015, o Ministério das Relações Exteriores da Venezuela enviou uma carta à *Esso*

---

<sup>23</sup> A Revolta de Rupununi, em janeiro de 1969, foi uma tentativa de secessão na Guiana liderada por fazendeiros e ameríndios, supostamente apoiada militarmente pela Venezuela.

*Exploration and Production Guyana Limited*<sup>24</sup>, protestando contra o envio de uma plataforma de perfuração pela *ExxonMobil* para o bloco *offshore Stabroek*<sup>25</sup>, localizado em águas guianenses a leste do Rio Essequibo, conforme o observado na figura 3 do Anexo A. Este movimento foi interpretado como uma resposta não apenas à atividade de exploração em si, mas também ao envolvimento de uma empresa estadunidense, cujos ativos na Venezuela foram nacionalizados e que havia recebido uma indenização significativa após arbitragem internacional (Ishmael, 2015).

Em resposta à objeção venezuelana, o governo da Guiana emitiu uma nota verbal ao Ministério das Relações Exteriores da Venezuela, solicitando que desistisse de ações que obstruíssem o desenvolvimento da Guiana e de seu povo, em contravenção ao direito internacional. A Guiana também informou a Comunidade do Caribe (CARICOM), UNASUL, OEA, *Commonwealth*<sup>26</sup> e o secretário-geral das Nações Unidas sobre a ação da Venezuela. Este episódio ressaltou a determinação da Guiana em proteger os seus direitos de exploração e o desenvolvimento de recursos naturais dentro de suas fronteiras reconhecidas internacionalmente (Ishmael, 2015).

A reação do governo venezuelano, manifestada em um comunicado em 3 de março de 2015, reiterou a rejeição da Venezuela à atividade de exploração de petróleo pela *ExxonMobil* no bloco *Stabroek*. A Venezuela classificou a resposta guianense como injusta e reafirmou as suas reivindicações territoriais sobre o Essequibo, acusando a Guiana de agir unilateralmente sem uma notificação prévia. O comunicado venezuelano também apelou à restauração dos bons ofícios do secretário-geral das Nações Unidas como mecanismo de negociação, destacando a visão da Venezuela de que a exploração de petróleo era uma provocação apoiada por “centros imperiais” (Ishmael, 2015).

Em 4 de março de 2015, a Ministra das Relações Exteriores da Guiana, Carolyn Rodrigues-Birkett (1973–), anunciou a intenção da Guiana de buscar uma solução judicial para a disputa, alegando que o processo de bons ofícios havia produzido poucos resultados em 25 anos. Esta decisão foi apoiada por partidos políticos

---

<sup>24</sup> A *Esso Exploration and Production Guyana Limited* é uma subsidiária da *ExxonMobil*, envolvida na exploração de petróleo na Guiana.

<sup>25</sup> O bloco *Stabroek* é uma área *offshore* na costa da Guiana, rica em recursos petrolíferos. Operado pela *ExxonMobil* e suas subsidiárias, incluindo a *Esso Exploration and Production Guyana Limited*.

<sup>26</sup> A *Commonwealth* é uma associação voluntária de 56 países independentes, unida por objetivos como desenvolvimento, democracia e paz, e originada do antigo Império Britânico (Commonwealth Secretariat, 2024).

nacionais e por governos da CARICOM e da *Commonwealth*. A Ministra apontou que a Venezuela estava confortável com o processo de bons ofícios porque não havia progresso significativo. Este movimento colocou pressão sobre o secretário-geral da ONU para considerar outras opções, incluindo mediação, arbitragem e resolução judicial (Ishmael, 2015).

Contudo, especialistas venezuelanos sustentam a importância da continuidade do processo de bons ofícios, argumentando que este método possibilitava negociações diretas sem a intervenção de terceiros. Segundo esses especialistas, qualquer solução judicial deveria concentrar-se na interpretação do Acordo de Genebra de 1966, que confere ao secretário-geral da ONU a autoridade para determinar o método de resolução da disputa, adicionando uma camada de complexidade às negociações. Enquanto a Guiana buscava uma resolução judicial com o objetivo de pressionar por uma solução definitiva, a Venezuela demonstrava preferência pela manutenção do *status quo* (Ishmael, 2015).

Dessa forma, vimos que a situação gerou tensões diplomáticas e regionais, com a Venezuela reafirmando sua reivindicação por meio de protestos formais e declarações em fóruns internacionais. A Guiana, por outro lado, buscou apoio de organizações regionais e internacionais para legitimar suas ações e garantir a continuidade da exploração dos recursos. A descoberta de petróleo no Essequibo aumentou a importância econômica da região e adicionou complexidade à disputa, envolvendo interesses econômicos globais e aumentando a necessidade de uma solução diplomática para evitar um conflito maior.

### 3.2.2 Impacto Econômico e Militar

A descoberta de vastas reservas de petróleo e gás natural na costa do Essequibo teve um impacto profundo tanto na Venezuela quanto na Guiana, influenciando as suas economias e as suas políticas de defesa.

#### 3.2.2.1 Venezuela

Com uma das maiores reservas de petróleo do mundo, a Venezuela depende das exportações de petróleo. A crise econômica e política interna, agravada por

sanções internacionais, pressiona o país. Nesse contexto, o território do Essequibo é visto como uma fonte adicional de riqueza que poderia aliviar essas dificuldades. A perspectiva de explorar os recursos naturais no Essequibo motiva a Venezuela a reafirmar suas reivindicações territoriais, buscando revitalizar sua economia debilitada (Chatam House, 2024; Latinamerican Post, 2024).

Militarmente, a Venezuela possui FA relevantes, compostas por aproximadamente 123 mil militares ativos e uma reserva de cerca de 8 mil soldados. As Forças Armadas Nacionais Bolivarianas incluem o Exército, a Marinha, a Força Aérea e a Guarda Nacional, e são frequentemente utilizadas como uma ferramenta de pressão na disputa territorial com a Guiana. A Venezuela tem investido em suas capacidades militares, adquirindo equipamentos militares da Rússia, da China e do Irã, e realizando manobras militares na fronteira com a Guiana para demonstrar o seu compromisso em defender o que considera seu território legítimo (Cia Factbook, 2024; Global Firepower, 2024).

Ao mesmo tempo, o cenário político na Venezuela sofre rejeição internacional. Recentemente, o governo brasileiro anunciou que não reconheceria a suposta vitória de Nicolás Maduro nas eleições presidenciais do país, condicionando o reconhecimento à divulgação das atas de votação. A falta de transparência denunciada por fontes oficiais impossibilita a validação do resultado eleitoral. A decisão do Supremo Tribunal de Justiça da Venezuela em ratificar a vitória de Maduro, apesar das alegações de fraude e da ausência de clareza nas atas, demonstra a resistência do governo venezuelano em atender às demandas de transparência solicitadas pelo Brasil, Colômbia e outras nações. Paralelamente, a oposição venezuelana apresentou dados contestando os resultados oficiais, e a Fundação Carter declarou que as eleições ocorreram sem as garantias necessárias de limpeza e justiça (CNN, 2024).

### 3.2.2.2 *Guiana*

A descoberta de petróleo na região do Essequibo transformou a economia da Guiana. Antes um dos Estados mais pobres da América do Sul, a Guiana experimentou um relevante crescimento econômico, impulsionado pela exploração dos recursos petrolíferos. Esse desenvolvimento econômico substancial fortaleceu a

posição da Guiana no cenário internacional e tornou o país mais assertivo na defesa de seus direitos territoriais. A nova riqueza petrolífera permite à Guiana não apenas melhorar suas infraestruturas e bem-estar social, mas também aumentar os seus investimentos em segurança e defesa (World Bank, 2024).

Diferentemente da Venezuela, a Guiana não possui FA de fato, mas sim uma Força de Defesa que se assemelha mais a uma força policial. Essa força de defesa conta com aproximadamente 3.400 homens, possuindo uma capacidade defensiva modesta. Em caso de uma invasão venezuelana, a Guiana espera obter apoio internacional, particularmente dos EUA. Essa expectativa se baseia no fato de que a *ExxonMobil*, uma proeminente empresa petrolífera americana, é a responsável pela exploração das reservas de petróleo descobertas no território do Essequibo em 2015 (Cia World Factbook, 2024).

Nesse cenário, verificamos que a atual rivalidade entre a Venezuela e a Guiana pelo controle do Essequibo possui implicações significativas para a estabilidade e a segurança regional. Comparando as necessidades econômicas de ambos os países, a Guiana experimenta um crescimento econômico substancial devido à exploração petrolífera, enquanto a Venezuela busca novas fontes de receita para aliviar sua crise econômica. Examinando as possíveis consequências, verifica-se que é essencial uma abordagem diplomática cuidadosa, visando evitar uma escalada militar e promover uma resolução pacífica. Portanto, a situação exige esforços internacionais coordenados para entender e abordar as complexidades da disputa de maneira eficaz.

Portanto, concluímos que o Brasil pode desempenhar um papel relevante na mediação da disputa territorial entre Venezuela e Guiana devido às suas boas relações com ambos os países e à sua credibilidade como mediador neutro.

### 3.3 POSIÇÕES OFICIAIS DOS PAÍSES ENVOLVIDOS

A disputa entre Venezuela e Guiana pelo território do Essequibo é marcada por complexidades históricas, com a Venezuela não reconhecendo o Laudo Arbitral de 1899 e afirmando que o território é parte de seu país, enquanto a Guiana defende a legitimidade desse laudo. A questão é exacerbada pela descoberta de recursos

naturais na região, atraindo o interesse de potências globais, o que torna o Brasil um potencial mediador no conflito.

### 3.3.1. Venezuela

A Venezuela sustenta de forma categórica que o território do Essequibo faz parte integrante de seu território nacional. O governo venezuelano não reconhece a legitimidade do Laudo Arbitral de 1899 e busca a renegociação dos termos estabelecidos no Acordo de Genebra de 1966. Em maio de 2024, a Venezuela rejeitou a declaração da CARICOM, que acusava o governo de Caracas de agressão na disputa pelo Essequibo, alegando que a organização demonstrava parcialidade. Ademais, a Venezuela criticou a Guiana por estabelecer alianças militares com os EUA e por conceder licenças para exploração petrolífera em áreas em disputa, ações que considera provocativas, violadoras do direito internacional e contrárias à Declaração Conjunta de Argyle<sup>27</sup> para o Diálogo e a Paz (Venezuela, 2024).

Além disso, a Venezuela denunciou as visitas de altos funcionários estadunidenses à Guiana, interpretando-as como ameaças à estabilidade regional. A Venezuela alegou que essas ações, juntamente com a influência da *ExxonMobil*, comprometem a soberania guianense e promovem a instabilidade na América Latina e no Caribe. O governo venezuelano reitera que a única solução legítima para a disputa territorial é o diálogo direto, conforme estabelecido no Acordo de Genebra de 1966. Insiste que a Guiana deve evitar confrontos e respeitar os acordos internacionais para uma resolução pacífica da controvérsia sobre a Guiana *Esequiba* (Venezuela, 2024).

### 3.3.2 Guiana

A Guiana mantém um posicionamento firme sobre a crise do Essequibo, enfatizando a importância de sua soberania e integridade territorial. O governo guianense rejeita categoricamente as reivindicações territoriais da Venezuela, argumentando que o Laudo Arbitral de 1899, que delineou as fronteiras entre os dois

---

<sup>27</sup> A Declaração Conjunta de Argyle, firmada em 2017, visava promover o diálogo pacífico entre Venezuela e Guiana na disputa pelo Essequibo, enfatizando a resolução diplomática do conflito.

países, é um acordo completo, perfeito e definitivo. A Guiana está comprometida em resolver a controvérsia através dos procedimentos da Corte Internacional de Justiça e busca apoio internacional para fortalecer sua posição, destacando a necessidade de respeitar o direito internacional e os acordos previamente estabelecidos entre os países (Guyana, 2023).

Dessa forma, é possível observar que o contexto histórico da disputa pelo território do Essequibo revela uma série de eventos complexos e de longa duração que têm implicações significativas para a geopolítica sul-americana, conforme apresentado.

Por oportuno, vale ressaltar que a retomada contemporânea deste conflito fronteiriço, especialmente após a descoberta de recursos naturais significativos, atrai a atenção de atores globais como os EUA, China e Rússia, aumentando a relevância do Brasil como mediador potencial na crise.

No próximo capítulo, serão analisadas as possíveis consequências da escalada da crise no século 21 e o papel do Brasil frente a um eventual conflito na região de Essequibo.

## 4 ANÁLISE DO PAPEL DO BRASIL

A crise do Essequibo, embora apresente desafios substanciais para o Brasil, também inaugura uma série de oportunidades estratégicas. Este cenário exige uma investigação dos entraves potenciais, como a necessidade de manter a estabilidade regional e de gerir as complexas relações diplomáticas entre a Venezuela e a Guiana, enfrentando pressões internacionais. Simultaneamente, esta crise oferece ao Brasil a chance de reforçar a sua liderança regional, aplicando a sua tradição diplomática de multilateralismo e, ao mesmo tempo, fortalecendo as suas capacidades defensivas.

Dessa forma, explorando tanto os desafios quanto as oportunidades, o Brasil pode não apenas promover a paz e a segurança na América do Sul, mas também pode consolidar-se como um ator-chave na geopolítica regional.

O objetivo deste capítulo é apresentar os desafios no âmbito diplomático e militar, a fim de demonstrar como a questão de Essequibo, que é um desafio complexo, pode ser uma oportunidade estratégica para o Brasil.

### 4.1 DESAFIOS DO BRASIL COMO LÍDER REGIONAL

A questão da soberania brasileira em Roraima e a crise do Essequibo ilustram a complexidade da geopolítica sul-americana, destacando a necessidade de uma liderança ativa do Brasil na região. O envolvimento de potências extrarregionais, como os EUA, Rússia e China, acentua a urgência de uma diplomacia eficaz para garantir a estabilidade e prevenir a escalada do conflito. Portanto, o papel do Itamaraty se torna fundamental na mediação dessas tensões, reforçando a posição do Brasil como um ator estratégico no subcontinente.

#### 4.1.1 Fragilidades da Soberania Brasileira no estado de Roraima

O Brasil, como estudado anteriormente, com sua vasta extensão territorial, a maior economia e o maior poder militar da América do Sul, posiciona-se como um líder regional. No entanto, consolidar essa posição requer mais do que apenas poderio econômico e militar. O desafio central é traduzir seu peso geopolítico em liderança efetiva, promovendo a estabilidade e o desenvolvimento regional. Portanto, a crise do

Essequibo representa um desafio para a PEB, pois a comunidade sul-americana espera uma liderança proativa do Brasil para uma solução pacífica, evitando a interferência de potências extrarregionais no subcontinente.

Roraima, situado na tríplice fronteira com a Venezuela e a República da Guiana, é uma área particularmente crítica. A atuação de Organizações Não Governamentais (ONGs) internacionais na região, sob a justificativa de proteger os direitos indígenas e o meio ambiente, tem gerado preocupações sobre a soberania nacional. Essas organizações, muitas vezes financiadas por entidades estrangeiras, promovem a ideia de que a Amazônia deve ser considerada um "território de interesse da humanidade", sugerindo a administração da região por um organismo supranacional. Essa proposta desafia diretamente a soberania brasileira, insinuando que o país não é capaz de gerir e preservar a Amazônia de maneira adequada (Scariot, 2007).

Além das pressões internacionais, a ausência de uma presença estatal efetiva na região contribui significativamente para a vulnerabilidade da soberania nacional. A carência de infraestrutura adequada, como estradas, hospitais e escolas, além da deficiência em segurança pública, facilita a proliferação de atividades ilegais, incluindo desmatamento, mineração ilegal e tráfico de drogas (Scariot, 2007).

Geopoliticamente, Roraima não está conectado ao Sistema Interligado Nacional e depende do excedente de energia da Venezuela. Em 2019, a interrupção desse fornecimento destacou a dependência de Roraima de fontes externas e sua vulnerabilidade a instabilidades políticas e econômicas em Caracas. É importante destacar que a implementação do linhão de Tucuruí<sup>28</sup> enfrenta desafios ambientais e relacionados aos direitos indígenas, dificultando a diversificação da matriz energética (Zambonin; Cavalcante, 2023).

Por oportuno, cabe mencionar que as terras indígenas cobrem cerca de 46% do território de Roraima, incluindo a Terra Indígena Yanomami, Raposa Serra do Sol, São Marcos e Waimiri-Atroari. A Reserva Indígena Raposa Serra do Sol, próxima à fronteira com países que disputam a região do Essequibo, representa uma fragilidade para a soberania nacional. Interesses internacionais em questões indígenas podem

---

<sup>28</sup> O linhão de Tucuruí é uma linha de transmissão de energia elétrica que conecta a hidrelétrica de Tucuruí, no Pará, ao estado de Roraima, visando integrar Roraima ao Sistema Interligado Nacional (SIN) para proporcionar energia mais estável e sustentável, enfrentando desafios ambientais e indígenas devido à travessia de áreas protegidas da Floresta Amazônica e terras indígenas.

complicar a administração dessas áreas, gerando conflitos e tensões políticas (Portal Amazônia, 2023).

O Brasil implementou a “Operação Acolhida”, em 2018, visando prestar apoio humanitário decorrente da crise migratória venezuelana. Desde o início da operação, mais de 100 mil imigrantes foram interiorizados em 930 municípios brasileiros (Brasil, 2024).

Porém, caso haja um eventual conflito na região, podemos inferir que é provável haver um aumento expressivo destes refugiados, o que ocasionaria uma pressão adicional sobre os recursos e infraestruturas brasileiras, especialmente nas áreas de saúde, educação e assistência social.

Diante desse cenário, percebemos que a solução da questão de Essequibo é interessante para o nosso país, a fim de impedir uma escalada da crise social nas áreas de fronteira. Portanto, podemos concluir que a ação da diplomacia brasileira é de suma importância para distensionar a crise ora instalada na região.

#### 4.1.2 A Atuação do Itamaraty em Relação à Crise do Essequibo

Como estudado neste trabalho, a disputa pelo território do Essequibo revela posições divergentes entre Venezuela e Guiana. A Venezuela defende o Acordo de Genebra de 1966 como base para negociações bilaterais e soluções pacíficas. Já a Guiana sustenta a validade do Laudo Arbitral de 1899, que reconhece sua soberania sobre a região como final e juridicamente vinculante. A reconciliação dessas posições exige uma abordagem diplomática habilidosa e multilateral, com mediação e apoio de organizações internacionais e regionais. Nesse contexto, vimos que o papel do Brasil como mediador neutro e promotor de soluções pacíficas pode ser relevante para evitar uma escalada do conflito e promover a estabilidade regional.

A diplomacia brasileira foi essencial para desarmar as tensões entre a Venezuela e a Guiana sobre a região disputada do Essequibo. A iniciativa do Presidente Lula durante a Cúpula do MERCOSUL em dezembro de 2023, ao propor que a Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC) mediar o conflito, foi importante. A intermediação do primeiro-ministro de São Vicente e Granadinas, Ralph Gonsalves (1946–), em nome da CELAC, facilitou a reunião entre os presidentes Nicolás Maduro e Irfaan Ali, resultando na Declaração de Argyle, onde

ambos concordaram em evitar o uso da força e buscar uma solução diplomática permanente (Vieira, 2024).

A continuidade das negociações foi reforçada pela I Reunião da Comissão Conjunta de Chanceleres e Técnicos da Guiana e da Venezuela, realizada em Brasília em janeiro de 2024. Ambas as partes reafirmaram o seu compromisso com a paz e o diálogo contínuo, destacando a necessidade de evitar a interferência de atores extrarregionais. A atuação do Itamaraty demonstra a importância de uma diplomacia ativa e comprometida com a resolução pacífica de conflitos, fortalecendo a posição do Brasil como líder regional e mediador confiável na América Latina (Vieira, 2024).

Em fevereiro de 2024, o presidente Lula visitou a Guiana para participar da 46ª Cúpula da Comunidade do Caribe em Georgetown. Durante a cúpula, o presidente realizou uma reunião bilateral com o presidente da Guiana, Irfaan Ali, reforçando os laços comerciais e políticos com os países caribenhos. A participação do Brasil na CARICOM e a aceitação do convite para organizar a Reunião Anual de Governadores do Banco de Desenvolvimento do Caribe demonstram o compromisso brasileiro com a estabilidade e o desenvolvimento econômico da região (Vieira, 2024).

Em março de 2024, o presidente Lula também participou da Cúpula da Comunidade de Países Latino-Americanos e Caribenhos em Kingstown, São Vicente e Granadinas. A CELAC, como bloco regional, tem uma importância comercial significativa para o Brasil, com um intercâmbio total de cerca de 83 bilhões de dólares. A participação ativa do Brasil nessas cúpulas ressalta o objetivo de trabalhar por uma região livre de conflitos e isolamentos, buscando soluções negociadas para os desafios compartilhados (Vieira, 2024).

No contexto da crise do Essequibo, as relações do Brasil com a Venezuela também são fundamentais. O Brasil reabriu sua embaixada em Caracas, o que possibilitou uma assistência consular eficiente para os brasileiros residentes na Venezuela e o acompanhamento da situação política no país vizinho. O compromisso com os Acordos de Barbados e a interlocução contínua com o governo e a oposição venezuelanos mostram a determinação do Itamaraty em promover a paz e a estabilidade na região, especialmente com a realização de eleições previstas para julho de 2024 (Vieira, 2024).

Nesse sentido, verificamos que a atuação do Itamaraty reflete um compromisso com o direito internacional e a busca por soluções pacíficas. Ao evitar a militarização do conflito e promover o diálogo diplomático, o Brasil reforça sua postura de respeito

às normas internacionais e aos princípios de soberania e integridade territorial. Essa abordagem não só contribui para a resolução pacífica da crise do Essequibo, mas também fortalece a imagem do Brasil como um defensor da paz e da estabilidade na região, alinhando-se com sua tradição diplomática.

No entanto, percebemos que a movimentação militar venezuelana na ilha de Anacoco representa, ainda, um perigo significativo para a estabilidade regional, voltando a exacerbar as tensões na já conturbada disputa territorial sobre o Essequibo. Imagens de satélite e relatórios do Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais revelaram a presença de tropas, blindados e aeronaves venezuelanas na região, além da expansão de uma base militar. Essas ações violam acordos anteriores que previam a resolução pacífica do conflito e indicam uma estratégia de Caracas para pressionar a Guiana a abandonar o julgamento na Corte Internacional de Justiça e aceitar negociações bilaterais. Esse aumento de militarização, próximo às fronteiras da Guiana e do Brasil, eleva o risco de um conflito armado, ameaçando a paz e a segurança internacional na região (Deutsche Welle, 2024).

Dessa forma, concluímos ser imprescindível que o Brasil continue liderando os esforços diplomáticos para alcançar uma solução pacífica para a disputa do Essequibo. A inércia do Brasil pode acarretar riscos significativos, tais como o enfraquecimento da integração regional, o aumento das tensões territoriais e a intensificação da interferência de atores extrarregionais.

Portanto, é essencial que o Brasil permaneça engajado na mediação da crise do Essequibo, consolidando sua posição de liderança e evitando, assim, os perigos associados à inação.

#### 4.1.3 Os Impactos da Inércia do Brasil como Líder Regional

Como mencionado acima, a ausência de uma atuação proativa do Brasil como líder natural na América do Sul poderá acarretar uma série de desafios para a região. A falta de uma liderança regional clara pode gerar incertezas sobre a capacidade do Brasil de exercer seu papel de liderança, abrindo espaço para a crescente influência de atores globais, como os EUA, a Rússia e a China, em seu entorno estratégico. Essa lacuna de liderança pode comprometer a coesão e a estabilidade regional, além de enfraquecer a posição do Brasil nos fóruns internacionais, diminuindo a sua

capacidade de defender os seus interesses estratégicos e de promover a cooperação regional.

Os EUA reafirmaram o seu apoio à Guiana em meio à crescente disputa com a Venezuela pela região rica em petróleo de Essequibo. A tensão aumentou após o governo venezuelano realizar um referendo controverso sobre o destino de Essequibo, que a Guiana considera uma ameaça à paz e segurança internacionais. Em resposta à escalada, Washington anunciou operações de voo combinadas com a Guiana, como parte de um esforço contínuo para fortalecer a parceria de segurança com seu aliado, o que foi visto pela Venezuela como uma provocação. Esse apoio dos EUA à Guiana reflete a intenção de manter a sua influência regional e de proteger os interesses de suas empresas petrolíferas, como a *ExxonMobil*, que tem operações significativas na região (Voice of America, 2023).

A influência da Rússia na crise do Essequibo é evidente através do apoio às ações desestabilizadoras do regime de Nicolás Maduro. Utilizando uma campanha de desinformação semelhante àquela empregada na Ucrânia, a Rússia busca manipular a opinião pública e fortalecer a posição de Maduro. Essa estratégia não apenas desvia a atenção das crises internas venezuelanas, mas também mobiliza o nacionalismo, apresentando Maduro como defensor dos direitos venezuelanos sobre a região rica em recursos naturais. A presença russa na América Latina, exemplificada pelo apoio a Maduro, aumenta a complexidade e os riscos de conflito regional, interferindo em processos eleitorais e ameaçando a estabilidade regional (Diálogo, 2024).

Adicionalmente, a Rússia defende uma solução pacífica para a disputa e o não envolvimento militar dos EUA no conflito entre Venezuela e Guiana, indicando que o país se opõe a pressões externas nos assuntos de países soberanos (Nascimento, 2024).

Assim, vemos que esse posicionamento reflete a tentativa russa de consolidar sua influência na região, enquanto busca limitar a presença e a influência estadunidense nas questões geopolíticas sul-americanas.

Os interesses chineses na crise do Essequibo são complexos e diversificados, refletindo a posição de Pequim como aliada tanto da Venezuela quanto da Guiana. A China tem enfatizado a resolução pacífica da disputa por meio de "consultas amigáveis", evitando tomar partido explicitamente para não prejudicar as suas relações com ambos os países. O investimento chinês na Guiana tem sido significativo, especialmente após a descoberta de grandes reservas de petróleo na

região de Essequibo, onde a *China National Offshore Oil Company* possui uma participação substancial. Ao mesmo tempo, a China é um parceiro econômico vital para a Venezuela, fornecendo apoio financeiro e político. Pequim busca evitar uma escalada da crise que poderia desestabilizar a região e afetar negativamente os preços do petróleo, essenciais para sua economia. Assim, a posição da China visa equilibrar as suas relações e interesses econômicos com ambos os países, promovendo a estabilidade regional (Ninio, 2023).

Dessa forma, ao analisarmos os riscos decorrentes da inércia do Brasil em relação à crise do Essequibo, identificamos ameaças significativas tanto à estabilidade regional quanto à posição do país como líder na América do Sul. Em comparação, observa-se que potências globais como os EUA, Rússia e China estão profundamente envolvidas no conflito, seja por meio de apoio econômico e militar ou por campanhas de desinformação. A falta de uma atuação decisiva por parte do Brasil permite que essas nações expandam sua influência, comprometendo a coesão regional. Neste contexto, a ausência de uma liderança clara do Brasil pode aumentar a probabilidade de conflitos armados e de interferências externas, enfraquecendo a capacidade do país de defender seus interesses estratégicos e de promover a cooperação regional.

Portanto, ao examinarmos esses fatores, podemos concluir que existe a necessidade de uma ação mais decidida e coordenada por parte do Brasil para evitar os perigos associados à inação e reforçar a estabilidade e segurança na América do Sul, consolidando a sua posição como líder regional.

## 4.2 OPORTUNIDADES PARA O FORTALECIMENTO REGIONAL DO BRASIL

### 4.2.1 O Papel do Brasil na Crise do Essequibo

A crise do Essequibo, provocada pela postura agressiva do presidente Nicolás Maduro em relação à Guiana, oferece ao Brasil uma oportunidade única de fortalecer sua liderança regional. Ao mediar este conflito, o Brasil pode reafirmar seu papel como pacificador na América do Sul, especialmente sob a liderança de Lula. A crise permite ao Brasil demonstrar sua capacidade de gerenciar conflitos complexos e garantir a estabilidade regional, essencial para manter sua credibilidade como líder comprometido com a paz e a ordem (Vieira, 2024).

Além disso, a situação na fronteira entre Venezuela e Guiana destaca a importância da diplomacia multilateral. O Brasil, ao assumir uma posição de liderança, pode coordenar esforços com outras potências globais, como os EUA, para garantir uma solução pacífica. A colaboração estreita com Washington não apenas reforça as relações bilaterais, mas também solidifica a posição do Brasil como um mediador respeitado em crises internacionais. Essa cooperação pode ser vista como um sinal de maturidade diplomática, elevando o Brasil a um novo patamar de influência global (Vieira, 2024).

Para o presidente Lula, a gestão eficaz desta crise também envolve um diálogo estratégico com a China e a Rússia. A capacidade do Brasil de persuadir essas potências a moderar o apoio a Maduro pode ser determinante para evitar uma escalada do conflito. Ao engajar com Pequim e Moscou, Lula demonstra uma habilidade diplomática sofisticada, essencial para a manutenção da estabilidade regional. Esse engajamento não só fortalece a posição do Brasil como um interlocutor confiável, mas também demonstra a sua capacidade de navegar em águas diplomáticas complexas, consolidando a sua liderança no cenário internacional (Vieira, 2024).

Em última análise, ao assumir a responsabilidade de mediar o conflito e garantir a paz, o Brasil pode demonstrar a sua capacidade de enfrentar desafios significativos e de proteger os seus interesses em seu entorno estratégico. Esse fortalecimento da liderança brasileira pode ter repercussões positivas duradouras, posicionando o país como um pilar de estabilidade e paz na América do Sul, e assegurando a sua influência em questões globais importantes (Vieira, 2024).

Portanto, percebemos que a crise do Essequibo pode ser uma oportunidade estratégica para o fortalecimento da liderança brasileira em seu entorno estratégico. Essa situação poderá projetar a imagem do Brasil como um ator relevante e capaz de buscar os seus interesses, bem como em lidar diplomaticamente com potências globais como EUA, China e Rússia.

Além disso, observamos que a liderança regional do Brasil depende não apenas de sua capacidade diplomática, mas também da capacidade de mobilização da opinião pública interna sobre a importância de manter as suas FA compatíveis com a grandeza do país, conforme estudado no Capítulo 2.

#### 4.2.2 A Sociedade Civil no Apoio e Fortalecimento das Forças Armadas

A crise do Essequibo e outros conflitos recentes, como a guerra na Ucrânia, destacam a importância de uma conscientização da sociedade brasileira sobre a necessidade de ter FA fortes. Através da mobilização social, o Brasil pode assegurar que suas as forças militares estejam preparadas para enfrentar ameaças modernas e manter a paz em seu entorno estratégico. Este preparo não apenas protege a soberania nacional, mas também fortalece a posição do Brasil como mediador regional em conflitos internacionais, reafirmando a sua capacidade de influenciar positivamente a estabilidade na América do Sul.

A educação e a comunicação são essenciais para aumentar a conscientização sobre a importância das FA. Podemos observar que a legitimidade e a estabilidade de um Estado dependem de sua capacidade de defender e justificar as suas instituições perante a população. O fortalecimento das FA brasileiras permite que o país desempenhe um papel mais significativo nas missões de paz e segurança internacional. A teoria da "responsabilidade de proteger," conforme discutido por Francis Deng (1938–)<sup>29</sup>, sugere que os Estados têm a obrigação de proteger seus cidadãos de atrocidades (Bierrenbach, 2011).

Sendo assim, podemos concluir que um Brasil forte, capaz de cumprir essa responsabilidade, pode atuar como um líder regional, prevenindo conflitos e promovendo a paz mediante uma presença militar dissuasiva. Este papel proativo pode melhorar a imagem do Brasil no cenário internacional, aumentando sua influência e prestígio global.

Finalmente, o fortalecimento das FA deve ser acompanhado de um compromisso com a transparência e a responsabilidade. A END e o Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN) são ferramentas importantes para garantir que a sociedade civil esteja informada e envolvida nas questões de defesa. Conforme afirmado no documento de PND (2020), é fundamental ampliar o envolvimento da sociedade brasileira nos assuntos de defesa, gerando uma sólida cultura de segurança. Esta abordagem não só reforça a coesão social, mas também assegura que as FA sejam

---

<sup>29</sup> Francis Deng é um diplomata e acadêmico sudanês, reconhecido por seu trabalho em direitos humanos e prevenção de conflitos. Ele serviu como Representante Especial do Secretário-Geral da ONU para a Prevenção de Genocídio de 2007 a 2012 e foi o primeiro Representante Permanente do Sudão do Sul na ONU de 2012 a 2016. Deng também foi o primeiro Relator Especial da ONU sobre os Direitos Humanos dos Deslocados Internos, cargo que ocupou de 1992 a 2004.

vistas como uma instituição confiável e indispensável para a manutenção da paz e segurança nacional (Rêgo Barros, 2022).

Neste contexto, destacamos a importância de um país possuir um poder militar crível e capaz de dissuadir ações hostis de forças externas. Um poder militar sólido também proporciona as condições necessárias para a eficácia da diplomacia brasileira, mantendo a paz e protegendo os seus interesses estratégicos.

A seguir, serão abordados os motivos que justificam o fortalecimento das FA e as estratégias para alcançar esse objetivo.

#### 4.2.3 A Política de Defesa do Brasil

A PND, a END e o LBDN são documentos inter-relacionados que formam a base da política de defesa do Brasil. A PND delinea os princípios e diretrizes gerais que orientam a defesa nacional, estabelecendo objetivos e prioridades necessárias para garantir a segurança e a soberania do país. A END operacionaliza essas diretrizes, convertendo-as em estratégias e planos de ação específicos para as FA, abordando aspectos como organização, modernização de equipamentos e treinamento. O LBDN, por sua vez, promove a transparência ao expor de maneira detalhada e acessível às políticas, estratégias, capacidades e investimentos das FA, facilitando o controle social e o entendimento público. A interação entre esses documentos assegura que a política de defesa seja bem estruturada, transparente e adaptável às mudanças no cenário internacional, promovendo um sistema de defesa eficaz e compreensível para a sociedade.

A integração sul-americana constitui um objetivo estratégico central para as políticas externa e de defesa do Brasil, considerando que a cooperação intensificada entre os países da região promove o desenvolvimento socioeconômico e a paz. A América do Sul, caracterizada por uma baixa incidência de conflitos e pela ausência de armas de destruição em massa, beneficia-se da longa tradição de diplomacia pacífica do Brasil, que tem mantido relações pacíficas com seus vizinhos por mais de um século. No contexto global, o Brasil desempenha um papel significativo na segurança internacional por meio de sua participação ativa em operações de paz da ONU. Adicionalmente, os contenciosos territoriais brasileiros foram resolvidos por meio de negociações diplomáticas, demonstrando a eficácia da negociação pacífica

na consolidação de fronteiras e promovendo princípios que inspiraram a criação de organizações internacionais, como a Liga das Nações e a ONU (Brasil, 2020).

A concepção política de defesa do Brasil baseia-se na integração entre Desenvolvimento, Diplomacia e Defesa, pilares fundamentais para a paz e a estabilidade internacionais. Esta abordagem visa reduzir deficiências estruturais, reconciliar interesses conflitantes e dissuadir ações hostis. Entre os pressupostos principais estão: manter as FA motivadas e equipadas; assegurar regularidade orçamentária para a defesa; promover a mobilização nacional; manter o Atlântico Sul como zona de paz; investir em saúde, educação, ciência, tecnologia e inovação aplicadas à defesa; proteger e integrar a Amazônia; usar sustentavelmente os recursos ambientais; e cooperar internacionalmente, especialmente com países sul-americanos. A atuação sob organismos internacionais busca legitimidade e respaldo jurídico para a segurança nacional (Brasil, 2020).

O desenvolvimento da BID é importante para que o Brasil alcance seus objetivos na Política Externa e de Defesa, alinhando as capacidades das FA à sua relevância regional. Esse aprimoramento não apenas fortalece a preparação das FA para enfrentar ameaças complexas, mas também fomenta a inovação tecnológica e a eficiência operacional. A transformação contínua da BID, que envolve novas doutrinas e integração de tecnologias avançadas, melhora a dissuasão e a eficácia operacional, além de impulsionar o desenvolvimento econômico e social, gerando empregos e promovendo a pesquisa com aplicações militares e civis (Brasil, 2020).

Em 2023, conforme reportado pelo *Stockholm International Peace Research Institute* (2024), os gastos militares globais aumentaram pelo nono ano consecutivo, alcançando um total de \$ 2,443 trilhões, representando um crescimento de 6,8%, o mais significativo desde 2009. Este incremento elevou a carga militar global para 2,3% do PIB mundial. No mesmo período, o Brasil destinou 1,05% do seu PIB à defesa, percentual inferior ao de vários países da América do Sul, como Colômbia (3,08%), Equador (2,16%), Uruguai (1,90%), Chile (1,83%), Bolívia (1,48%) e Peru (1,15%).

Portanto, podemos inferir que é imperativo que o Brasil aumente os seus investimentos em defesa para se aproximar da média mundial de 2,3% do PIB. Tal aumento não só facilitaria a modernização dos equipamentos militares, mas também impulsionaria a indústria de defesa e capacitaria a mão de obra nacional, preparando o país para responder adequadamente a crises diplomáticas ou geopolíticas.

Adicionalmente, é relevante mencionar que membros do Congresso Nacional elaboraram a PEC n.º 55/2023, que visa estabelecer um percentual mínimo de 2% do PIB do exercício financeiro anterior destinado a ações e serviços de Defesa Nacional, sob a responsabilidade do Ministério da Defesa. Assim, acreditamos que esta proposta é fundamental para criar as condições necessárias ao crescimento e fortalecimento da BID, proporcionando a previsibilidade orçamentária necessária para atrair investimentos privados.

Nesse contexto, podemos verificar que garantir um financiamento adequado e estável para o setor de defesa é essencial para consolidar o Brasil como uma potência regional, capaz de enfrentar com eficiência e eficácia os desafios contemporâneos.

Além disso, o fortalecimento da Defesa Nacional é essencial para garantir a segurança do Brasil, fundamentando-se na capacidade de dissuasão para inibir ameaças, conforme estabelecido na Constituição e no direito internacional. Em situações de crise, o Brasil utilizará todo o Poder Nacional necessário para resolver conflitos rapidamente, minimizando danos à integridade e interesses nacionais e buscando restabelecer a paz em condições favoráveis (Brasil, 2020).

Diante desse cenário, é imprescindível considerar a possibilidade de a Venezuela tentar invadir a Guiana por terra, atravessando Roraima, que oferece condições estratégicas favoráveis para o deslocamento de tropas e material bélico. Embora essa hipótese seja remota, não pode ser descartada. Assim, o fortalecimento das capacidades defensivas do Brasil é essencial para garantir a segurança nacional e a integridade territorial, prevenindo ameaças e assegurando uma resposta eficaz em situações de crise.

Dessa forma, observamos que a capacidade de dissuasão é essencial para prevenir conflitos, estando diretamente relacionada ao processo de desenvolvimento e modernização das FA, facilitado pela BID. Logo, entendemos que o Brasil, com uma BID fortalecida, estará mais bem preparado para dissuadir e enfrentar eventuais ameaças, além de poder desempenhar um papel ativo na promoção da paz e da estabilidade regional, projetando seu poder e influência de forma a contribuir para a segurança coletiva na América do Sul.

Assim, podemos concluir que um poder militar eficaz desempenha um papel essencial não apenas como mecanismo de dissuasão contra ameaças potenciais, mas também como suporte vital para a diplomacia, permitindo que o país atue de forma mais assertiva como estabilizador regional.

## 5 CONCLUSÃO

A pesquisa foi estruturada para responder à nossa questão central, analisando os objetivos abordados em cada capítulo do nosso trabalho: (1) analisar a PEB a partir de 2010, com foco na mediação de conflitos regionais; (2) examinar o contexto histórico e os posicionamentos atuais da disputa pelo território do Essequibo entre Venezuela e Guiana; (3) identificar desafios e oportunidades para o fortalecimento do Brasil como líder regional; e (4) propor caminhos para consolidar o protagonismo do Brasil na América do Sul. Dessa forma, apresentaremos as nossas considerações finais sobre como a crise do Essequibo pode fortalecer o protagonismo do Brasil na América do Sul.

Inicialmente, apresentamos os princípios que regem as relações internacionais do Brasil, com destaque para a independência nacional, a prevalência dos direitos humanos, a autodeterminação dos povos, a não intervenção, a igualdade entre os Estados, a defesa da paz e a solução pacífica dos conflitos. Além disso, conforme verificamos ao longo do trabalho, o Brasil possui os três fatores apontados por Bandeira (2010) para exercer a sua liderança no sistema internacional, os quais são: a extensão territorial, o poder econômico e o poder militar. Portanto, nossa análise destaca a relevância do poder militar como elemento que sustenta a eficácia diplomática nacional, assegurando-lhe a capacidade dissuasória necessária. Esse aspecto reflete o pensamento do Barão do Rio Branco ao afirmar que “nenhum Estado pode ser pacífico sem ser forte”.

Observamos que, a partir de 2010, a atuação diplomática brasileira passou por uma fase de transição geopolítica marcada por mudanças significativas em suas abordagens e prioridades diplomáticas. Nesse período, o país precisou equilibrar diferentes posturas políticas, suas ambições globais e as realidades econômicas internas.

Observamos que a PEB passou por reorientações significativas em diferentes administrações. Durante os governos de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, a PEB priorizou a cooperação Sul-Sul e o multilateralismo, posicionando o Brasil como um mediador regional. Com Michel Temer, houve um foco maior na recuperação econômica e no fortalecimento das relações com economias desenvolvidas. Sob Jair Bolsonaro, buscou-se um maior alinhamento com parceiros estratégicos como os EUA, Israel e Japão. Já no retorno de Lula, vislumbrou-se uma tentativa de

reposicionar o Brasil globalmente. A PEB, portanto, demonstra flexibilidade e adaptabilidade, embora as diversas abordagens tenham gerado críticas e controvérsias.

A análise do PND e da END no período recente revelou um esforço contínuo para integrar políticas de defesa com diretrizes diplomáticas, visando consolidar o poder nacional e garantir a soberania e os interesses do Brasil. Observamos que a PND estabelece objetivos claros para a proteção da soberania e dos interesses nacionais, enfatizando a promoção da cooperação internacional e o desenvolvimento interno, ao mesmo tempo em que destaca a necessidade de uma forte capacidade defensiva. A END, por sua vez, especifica as medidas estratégicas necessárias para alcançar os Objetivos Nacionais de Defesa, promovendo a coordenação entre os três Poderes da República e incluindo a participação de segmentos não governamentais. Assim, concluímos que os princípios orientadores da PEB são fundamentais na edificação dos principais documentos de defesa do país, evidenciando uma convergência entre a projeção diplomática e a estratégia de defesa nacional.

Ao longo da análise bibliográfica documental, pudemos compreender que a disputa pelo território de Essequibo, entre a Venezuela e a Guiana, revelou profundas implicações geopolíticas para a América do Sul. Originada no século 19, essa controvérsia territorial tem sido marcada por várias tentativas de resolução, incluindo a arbitragem internacional e acordos bilaterais, como o Tratado de Washington de 1897 e o Acordo de Genebra de 1966. Apesar das decisões arbitrais e dos esforços diplomáticos, a Venezuela continua a reivindicar o território, rejeitando a validade do Laudo Arbitral de 1899. A crescente presença militar venezuelana na região da ilha de Anacoco e a atenção global aos recursos naturais do Essequibo têm exacerbado essa tensão, tornando a disputa uma questão central na geopolítica regional.

Adicionalmente, constatamos que a objeção venezuelana à exploração de petróleo pela Guiana em 2015 intensificou a já complexa disputa territorial pelo Essequibo, evidenciando novos desafios econômicos e diplomáticos para a região.

Conforme analisado ao longo dessa abordagem, percebemos que a Venezuela sustenta firmemente que o território do Essequibo faz parte integral de seu território, rejeitando a validade do Laudo Arbitral de 1899 e insiste na renegociação dos termos do Acordo de Genebra de 1966.

Por outro lado, observamos que a Guiana mantém uma postura firme em relação à crise do Essequibo, sublinhando a importância de sua soberania e

integridade territorial. É pertinente mencionar que a recente intensificação deste conflito, especialmente após a descoberta de recursos naturais significativos, tem atraído a atenção de atores globais, aumentando a relevância do papel do Brasil como líder regional e mediador potencial na crise.

Nesse contexto, identificamos a necessidade de o Brasil traduzir seu poder geopolítico em uma liderança efetiva, promovendo a estabilidade e o desenvolvimento regional. Assim, a adoção de uma postura proativa, focada na busca de soluções pacíficas, pode reduzir a interferência exacerbada de potências extrarregionais, como EUA, China e Rússia, nos interesses estratégicos brasileiros.

Verificamos que o estado de Roraima, devido à sua localização estratégica, apresenta algumas fragilidades que podem comprometer a soberania brasileira na região. Entre essas fragilidades, destacam-se a falta de infraestrutura adequada, a ausência de uma segurança pública efetiva, a dependência energética da Venezuela e a pressão exercida por ONGs internacionais em defesa das terras indígenas. Esses fatores intensificam as preocupações brasileiras sobre sua soberania nacional. Assim, para mitigar essas vulnerabilidades, concluímos que o Brasil deve adotar medidas estratégicas, incluindo a diversificação das fontes de energia e investimentos em infraestrutura energética local para garantir a autossuficiência. Outra medida essencial é a regulamentação da atuação de ONGs internacionais, assegurando que suas atividades sejam transparentes e alinhadas com os interesses nacionais. Por fim, o país deve reforçar sua presença no estado, aumentando tanto a presença militar nas fronteiras quanto a de instituições governamentais, garantindo a aplicação efetiva das políticas públicas e a prestação de serviços essenciais à população. A implementação dessas medidas promoverá o desenvolvimento regional e reduzirá as vulnerabilidades estratégicas da área, contribuindo para o fortalecimento da soberania brasileira.

No entanto, é importante destacar que uma eventual inércia ou a ausência de uma ação efetiva por parte do Brasil pode resultar no aumento das tensões territoriais e na interferência de potências extrarregionais, o que poderia enfraquecer a integração sul-americana e ameaçar a paz e a segurança regionais. Portanto, concluímos que é essencial que o Brasil permaneça engajado na mediação da crise regional, consolidando sua posição de liderança e evitando os perigos associados à inação.

Apesar dos desafios apresentados, vimos que a crise do Essequibo oferece oportunidades significativas para o Brasil fortalecer sua liderança na América do Sul.

Ao mediar o conflito entre Venezuela e Guiana, o Brasil reafirmaria seu papel de liderança e gestão de conflitos complexos, demonstrando sua capacidade de promover a estabilidade regional. Uma atuação proativa do Brasil, coordenando esforços com potências extrarregionais que possuem interesses diretos na região, como os EUA, China e Rússia, solidificaria a posição e a força do Itamaraty como um mediador relevante no contexto regional, potencialmente elevando sua influência global. Assim, ao assumir a responsabilidade de mediar o conflito e garantir a paz, o Brasil demonstraria sua capacidade de proteger seus interesses estratégicos.

Entretanto, concluímos que o processo de conscientização e o apoio da sociedade civil são fundamentais para o fortalecimento das FA brasileiras. Outrossim, destacamos que a transparência e a responsabilidade nas questões de defesa, promovidas por documentos como a LBDN, PND e END, são relevantes para envolver a sociedade e assegurar que as FA sejam vistas como uma instituição confiável e necessária para a manutenção da soberania brasileira. Dessa forma, argumentamos que o fortalecimento das capacidades militares não apenas aumentaria a eficácia da diplomacia brasileira, mas também promoveria a paz e a estabilidade na América do Sul, além de ampliar a sua influência e o prestígio no cenário global.

Portanto, verificamos que a liderança regional do Brasil está condicionada não apenas à sua capacidade diplomática, mas também à sua habilidade em sensibilizar a opinião pública interna acerca da importância de manter as suas FA em consonância com a grandeza do país.

Para alcançar esses objetivos, vimos que é essencial termos uma BID forte, que melhore a capacidade defensiva do Brasil por meio do desenvolvimento de tecnologias avançadas e novas capacidades para as FA. A contínua modernização destas, promovida pela BID, fortalece a dissuasão e a eficácia operacional, assegurando que o país esteja preparado para proteger a sua soberania, bem como para responder rapidamente às crises.

Dessa forma, concluímos que a capacidade dissuasória proporcionada por uma BID sustentável não apenas previne conflitos, mas também apoia a diplomacia brasileira, consolidando a sua posição como um estabilizador regional comprometido com a paz e a segurança na América do Sul.

Neste contexto, verificamos que uma forma eficaz de assegurar a capacidade de defesa seria por meio do desenvolvimento de tecnologias e capacidades de aplicação dual, beneficiando tanto o poder militar quanto a sociedade civil.

Observamos um aumento global dos gastos militares e a posição relativamente baixa do Brasil em termos de investimento em defesa comparado a outros países, inclusive na América do Sul. Portanto, verificamos que é relevante a aprovação da PEC nº 55/2023 para proporcionar o investimento capaz de alavancar a BID nacional.

Logo, neste momento de ânimos acirrados, a presente pesquisa ganha uma maior relevância, pois, a crise do Essequibo destacou a importância de uma abordagem diplomática cuidadosa por parte do Brasil, evitando que as tensões territoriais entre Venezuela e Guiana se espalhem para outras áreas da região.

Por fim, concluímos que a crise do Essequibo pode fortalecer o protagonismo do Brasil na América do Sul ao permitir que o país demonstre a sua capacidade de equilibrar uma defesa nacional vigorosa com uma diplomacia eficaz. Ao adotar uma estratégia que valorize tanto a preparação militar quanto a diplomacia proativa, o Brasil não só asseguraria a sua própria segurança, mas também contribuiria para a estabilidade e prosperidade regionais, promovendo a cooperação entre os países sul-americanos. Dessa forma, implementando uma política externa integrada que combine defesa e diplomacia, o Brasil se posiciona como um líder regional comprometido com a segurança, o desenvolvimento sustentável e a resolução pacífica de conflitos, destacando-se como um pilar de estabilidade na América do Sul.

Portanto, com base nas análises realizadas ao longo do estudo, podemos concluir que conseguimos responder a nossa questão de pesquisa: “em que medida a crise do Essequibo pode fortalecer o protagonismo do Brasil na América do Sul?” Atingindo, assim, o propósito deste trabalho.

## REFERÊNCIAS

AMORIM, C. **Política Internacional e o Brasil no Mundo: da unipolaridade consentida à multipolaridade possível**. *CEBRI-Revista: Brazilian Journal of International Affairs*, [S. l.], n. 1, p. 19–32, 2022. Disponível em: <https://cebri-revista.emnuvens.com.br/revista/article/view/4>. Acesso em: 4 jun. 2024.

ARAÚJO, Ernesto. **Política externa brasileira: o contexto global e a ação do Brasil**. *Revista Interesse Nacional*. Disponível em: <https://www.gov.br/funag/pt-br/centrais-de-conteudo/politica-externa-brasileira/artigo-do-ministro-ernesto-araujo-publicado-na-revista-interesse-nacional>. Acesso em: 09 jun. 2024.

BANCO MUNDIAL. **Brazil Overview**. Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/country/brazil/overview#1>. Acesso em: 13 maio 2024.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **Geopolítica e Política Exterior: Estados Unidos, Brasil e América do Sul**. 2ª ed. Brasília: FUNAG, 2010.

BBC News Mundo. **3 cenários possíveis na Venezuela após vitória de Maduro contestada pela oposição**. BBC News Brasil. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cv2qy8wvv2po>. Acesso em: 30 jul. 2024.

Belém Lopes, Dawisson; Carvalho, Thales; Santos, Vinicius. **Did the Far Right Breed a New Variety of Foreign Policy? The Case of Bolsonaro's "More-Bark-Than-Bite" Brazil**. *Global Studies Quarterly*, 2022. Disponível em: <https://academic.oup.com/ia/article-abstract/97/2/345/6159425>. Acesso em: 7 jun. 2024.

BERG, André. **Jogo do petróleo: conheça as reservas de ouro negro da Guiana reivindicadas pela Venezuela**. O Globo, Rio de Janeiro, 12 dez. 2023. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/epoca/noticia/2023/12/12/jogo-do-petroleo-conheca-as-reservas-de-ouro-negro-da-guiana-reivindicadas-pela-venezuela.ghtml>. Acesso em: 4 jul. 2024.

BIERRENBACH, Ana Maria. **O conceito de responsabilidade de proteger e o Direito Internacional Humanitário**. Brasília, 2011.

BORG, Pedro. **Venezuela aumenta presença militar na fronteira com a Guiana**. Valor Econômico, 09 fev. 2024. Disponível em: <https://valor.globo.com/mundo/noticia/2024/02/09/venezuela-aumenta-presenca-militar-na-fronteira-com-a-guiana.ghtml>. Acesso em: 4 jul. 2024.

BRASIL. Congresso Nacional. **PEC 55/2023**. Disponível em: <https://www.congressonacional.leg.br/materias/materias-bicamerais/-/ver/pec-55-2023>. Acesso em: 14 mai. 2024.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em:

[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm). Acesso em 20 de mar. de 2024.

BRASIL. Marinha do Brasil. **Despesas com militares: a busca pela equidade e isonomia**. Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/spsm/node/44>. Acesso em: 23 jul. 2024.

BRASIL. Ministério da Cidadania. **Operação Acolhida atinge a marca de 100 mil refugiados e migrantes venezuelanos interiorizados em 930 municípios do Brasil**. Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/operacao-acolhida-atinge-a-marca-de-100-mil-refugiados-e-migrantes-venezuelanos-interiorizados-em-930-municipios-do-brasil>. Acesso em: 12 jul. 2024.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Orçamento e Finanças**. Disponível em: <https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/orcamento-e-financas-1>. Acesso em: 14 mai. 2024.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Política Nacional de Defesa e Estratégia Nacional de Defesa, 2020**. Disponível em: [https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/copy\\_of\\_estado-e-defesa/pnd\\_end\\_congresso\\_.pdf](https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/copy_of_estado-e-defesa/pnd_end_congresso_.pdf). Acesso em: 20 mar. 2024.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Nota à Imprensa nº 627: Situação entre Guiana e Venezuela**. Disponível em: [https://www.gov.br/mre/pt-br/canais\\_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/situacao-entre-Guiana-Venezuela](https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/situacao-entre-Guiana-Venezuela). Publicado em: 29 dez. 2023. Acesso em: 15 jun. 2024.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Nota à Imprensa nº 336: Eleições e apuração na Venezuela**. Disponível em: [https://www.gov.br/mre/pt-br/canais\\_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/eleicoes-e-apuracao-na-venezuela](https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/eleicoes-e-apuracao-na-venezuela). Publicado em: 29 jul. 2024. Acesso em: 30 jul. 2024.

CARDOSO, Silvia Alvarez. **A Crise de Honduras: análise da mediação brasileira**. 2016. 123 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Universidade de Brasília, Brasília, 2016. Disponível em: [http://www.realp.unb.br/jspui/bitstream/10482/20405/1/2016\\_SilviaAlvarezCardoso.pdf](http://www.realp.unb.br/jspui/bitstream/10482/20405/1/2016_SilviaAlvarezCardoso.pdf). Acesso em: 03 jun. 2024.

Central Intelligence Agency. **Venezuela: People and Society**. In: The World Factbook. Disponível em: <https://www.cia.gov/the-world-factbook/about/archives/2023/countries/venezuela/#people-and-society>. Acesso em: 06 abr. 2024.

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. **História da Política Exterior do Brasil**. 1. ed. São Paulo: Editora, 2015.

Chatham House. **Reforming Venezuela's oil and gas sector**. Disponível em: <https://www.chathamhouse.org/2021/05/reforming-venezuelas-oil-and-gas-sector>. Acesso em: 17 jun. 2024.

CLYDE, Robert. **História da Fronteira: Guyana**. Universidade de Cambridge, 1969.  
DELLA GRAZIA, Maurício; RIBEIRO, Suzana. **Sustentabilidade e práticas agrícolas. Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, São Paulo, v. 4, n. 2, p. 120-135, 2020. Disponível em: <https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/ageteo/article/view/16848>. Acesso em: 12 jul. 2024.

EXAME. **Como e por que Juan Guaidó declarou-se presidente interino da Venezuela**. Exame, 24 jan. 2019. Disponível em: <https://exame.com/mundo/como-e-por-que-juan-guaido-declarou-se-presidente-interino-da-venezuela/>. Acesso em: 14 jun. 2024

Fundo Monetário Internacional. **Guiana: 2023 Article IV Consultation-Press Release and Staff Report**. Disponível em: <https://www.imf.org/en/Publications/CR/Issues/2023/12/01/Guyana-2023-Article-IV-Consultation-Press-Release-and-Staff-Report-541920>. Acesso em: 06 abr. 2024.

Fundo Monetário Internacional. **Resultados da busca por "venezuela gdp"**. Disponível em: <https://www.imf.org/en/Search#q=venezuela%20gdp&sort=relevancy>. Acesso em: 06 abr. 2024.

Fundo Monetário Internacional. **World Economic Outlook, April 2024**. Disponível em: <https://www.imf.org/en/Publications/WEO/Issues/2024/04/16/world-economic-outlook-april-2024>. Acesso em: 13 mai. 2024.

Global Firepower. **Lista de países da América do Sul**. Disponível em: <https://www.globalfirepower.com/countries-listing-south-america.php>. Acesso em: 06 abr. 2024.

GLOBAL POLICY WATCH. **Brazil under Lula: The First Year**. Disponível em: <https://www.globalpolicywatch.com/2024/01/brazil-under-lula-the-first-year/>. Acesso em: 07 Jun. 2024.

GUYANA e VENEZUELA. **Joint Declaration of Argyle for Dialogue and Peace between Guyana and Venezuela**. 14 dez. 2023. Disponível em: <https://www.minfor.gov.gy/sites/default/files/2024-02/FINAL%20-%20Joint%20Declaration%20of%20Argyle%20for%20Dialogue%20and%20Peace%20between%20Guyana%20and%20Venezuela%20-%20December%2014%2C%202023.pdf>. Acesso em: 06 jul. 2024.

MARTINS, Américo. **Brasil mantém posição e não vai reconhecer suposta vitória de Maduro sem atas eleitorais**. CNN Brasil, 2024. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/blogs/americo-martins/internacional/brasil-mantem-posicao-e-nao-vai-reconhecer-suposta-vitoria-de-maduro-sem-atas-eleitorais/>. Acesso em: 01 nov. 2024.

MOURON, Fernando; ZILA, Lígia. **A política externa do governo Michel Temer (2016-2018): mudanças para a legitimidade? Um teste da teoria de Charles Hermann**. *Conjuntura Austral*, v. 10, n. 50, p. 44-68, jul./set. 2019. Disponível

em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/ConjunturaAustral/article/view/86954>. Acesso em: 07 jul. 2024.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Produção agropecuária**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/producao-agropecuaria/>. Acesso em: 13 mai. 2024.

ISHMAEL, Odeen. **The Guyana Story: From Earliest Times to Independence**. Xlibris Corporation, 2013.

ISHMAEL, Odeen. **The Trail of Diplomacy -- Volume Three: The Guyana-Venezuela Border Issue** - United Nations Involvement and Active Bilateral Relations (1982-2015). Edição Kindle. Xlibris US, 2015.

MINGST, Karen A.; ARREGUÍN-TOFT, Ivan M. **Essentials of international relations**. 6th ed. New York: W.W. Norton & Company, 2014.

LatinAmerican Post. **Venezuela's Oil Production Rises, Aiming Beyond a Million Barrels in 2024**. Disponível em: <https://latinamericanpost.com/economy-en/venezuelas-oil-production-rises-aiming-beyond-a-million-barrels-in-2024>. Acesso em: 17 jun. 2024.

MINGST, Karen A. **Princípios de Relações Internacionais**. Tradução de Cristina de Assis Serra. Rio de Janeiro: Elsevier, 6ª Edição, 2014.

Ministério da Defesa. (2020). **Livro Branco de Defesa Nacional**. Brasília: Ministério da Defesa. Disponível em: [https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/copy\\_of\\_estado-e-defesa/livro-branco-de-defesa-nacional/lbdn-2020.pdf](https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/copy_of_estado-e-defesa/livro-branco-de-defesa-nacional/lbdn-2020.pdf). Acesso em: 14 jul. 2024.

Ministério da Defesa. *Dia Internacional dos Mantenedores da Paz*. Disponível em: <https://www.gov.br/defesa/pt-br/centrais-de-conteudo/noticias/dia-internacional-dos-mantenedores-da-paz>. Acesso em: 14 jul. 2024.

Ministério do Poder Popular para Relações Exteriores. **La República Bolivariana de Venezuela rechaza el Comunicado emitido por la Comunidad del Caribe (CARICOM)**. Disponível em: <https://mppre.gob.ve/publicacion/2364/controversia-por-el-esequibo>. Acesso em: 17 jun. 2024.

MORI, Letícia; IDOETA, Paula Adamo. **Itamaraty 'menor' e isolamento do Brasil: o legado de Ernesto Araújo na política externa do país**. BBC News Brasil, 29 mar. 2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-56549027>. Acesso em: 7 jun. 2024.

NASCIMENTO, Mário Brasil do. **Análise da conjuntura de tensão entre Venezuela e Guiana**. Revista de Geopolítica, v. 15, n. 1, p. 1-15, jan/mar. 2024. Disponível em: <http://www.revistageopolitica.com.br/index.php/revistageopolitica/article/view/497/364>. Acesso em: 18 jun. 2024.

PATRIOTA, A. de A. **Política externa dos anos Dilma (2011-2016): um Brasil com influência global**. CEBRI-Revista: Brazilian Journal of International Affairs, [S. l.], n. 6, p. 16–39, 2023. Disponível em: <https://cebri-revista.emnuvens.com.br/revista/article/view/120>. Acesso em: 4 jun. 2024.

PELCASTRE, Julieta. **Influência da Rússia no conflito de Essequibo**. Diálogo. Disponível em: <https://dialogo-americas.com/pt-br/articles/influencia-da-russia-no-conflito-de-essequibo/>. Acesso em: 13 jul. 2024.

PORTAL AMAZÔNIA. **Povos indígenas de Roraima buscam soluções sustentáveis como estratégia de sobrevivência**. Disponível em: <https://portalamazonia.com/sustentabilidade/povos-indigenas-de-roraima-buscam-solucoes-sustentaveis-como-estrategia-de-sobrevivencia/>. Acesso em: 12 jul. 2024.

RAMÍREZ, Rafael. **The Venezuela-Guyana Dispute over the Essequibo**. IAI Istituto Affari Internazionali, 21 fev. 2024. Disponível em: <https://www.iai.it/en/pubblicazioni/venezuela-guyana-dispute-over-essequibo>. Acesso em: 19 mar. 2024.

SCARIOT, Renato Luiz. **Inovações em Estratégia Aérea**. Revista da Escola Superior de Guerra, v. 30, n. 2, p. 123-134, 2007.

SENADO FEDERAL. **Projeto de Decreto Legislativo nº 1127, de 2021**. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/151373>. Acesso em: 06 abr. 2024.

UNITED NATIONS. **Brazil has granted asylum to more than 800,000 Venezuelans fleeing political and economic turmoil**. UN News, 5 April 2023. Available at: <https://news.un.org/en/story/2023/04/1135447>. Acesso em: 4 jun. 2024.

UNITED NATIONS. **UN Security Council Meets Over Escalating Guyana-Venezuela Row**. Disponível em: <https://www.voanews.com/a/us-backs-guyana-as-tensions-rise-over-contested-essequibo-region-7389278.html>. Acesso em: 13 jul. 2024.

UOL Notícias. **Essequibo: Guiana se diz preocupada após movimentação de tropas venezuelanas na fronteira**. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/essequibo-guiana-se-diz-preocupada-apos-movimentacao-de-tropas-venezuelanas-na-fronteira> 24/02 Acesso em: 13 jul. 2024.

VALOR ECONÔMICO. **Venezuela aumenta presença militar na fronteira com a Guiana**. Disponível em: <https://valor.globo.com/mundo/noticia/2024/02/09/venezuela-aumenta-presenca-militar-na-fronteira-com-a-guiana.ghtml>. Acesso em: 09 jul. 2024.

VIEIRA, M. (2024). **Intervenção do senhor Ministro de Estado na Audiência Pública da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados (CREDN)**. Disponível em: <https://www.gov.br/mre>. Acesso em: 12 jul. 2024.

World Bank. **Military expenditure (% of GDP) - Guyana**. Disponível em: [World Bank](#). Acesso em: 17 jun. 2024.

WAAK, Willian. **Análise: Brasil não vai aceitar resultado na Venezuela sem atas**. CNN Brasil, 2024. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/analise-brasil-nao-vai-aceitar-resultado-na-venezuela-sem-atas/>. Acesso em: 11 set. 2024.

XAVIER, Atito. **Essequibo: Disputa territorial entre Venezuela e Guiana - Parte IV: Algumas reflexões**. Atito Xavier, 24 de julho de 2020. Disponível em: <https://www.atitoxavier.com/post/essequibo-disputa-territorial-entre-venezuela-e-guiana-parte-iv-algumas-reflexões>. Acesso em: 11 mar. 2024.

## ANEXO A – FIGURAS

Figura 1 – Zona de Reclamação



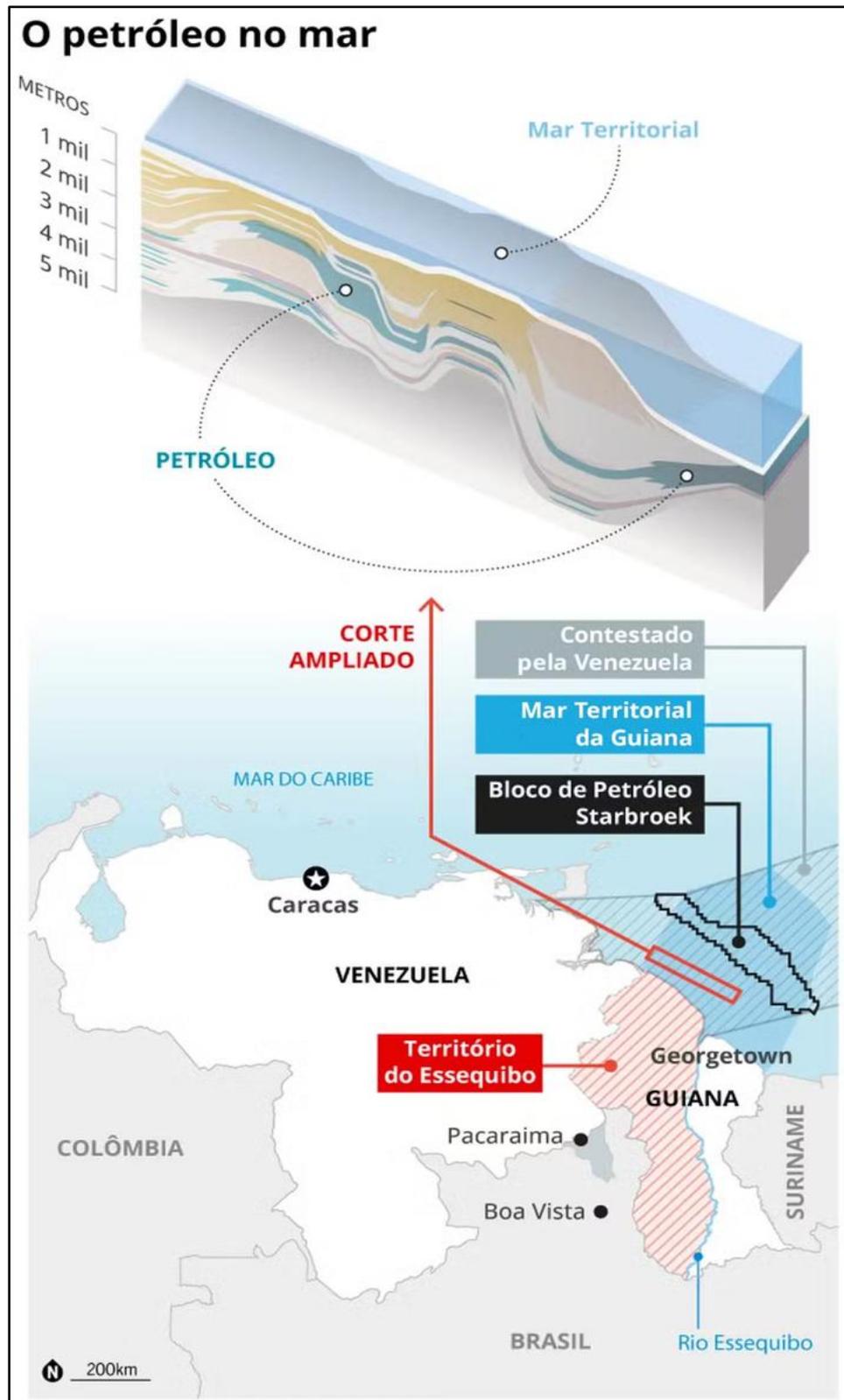
Fonte: BBC, Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/articles/cxw120m0k9do>>. Acesso em 29 Jul. 2024.

**Figura 2 – Base Militar Venezuelana na Ilha de Anacoco**



Fonte: Valor Econômico, Disponível em: <https://valor.globo.com/mundo/noticia/2024/02/09/venezuela-aumenta-presenca-militar-na-fronteira-com-a-guiana.ghtml>. Acesso em 29 Jul. 2024.

Figura 3 – O bloco offshore Stabroek



Fonte: O Globo, Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/mundo/epoca/noticia/2023/12/12/jogo-do-petroleo-conheca-as-reservas-de-ouro-negro-da-guiana-reivindicadas-pela-venezuela.ghtml>>. Acesso em 29 Jul. 2024.

## ANEXO B – TABELAS

Tabela 1 – Principais Disputas por Essequibo no Século 19 e 20.

| <b>Disputa por Essequibo ao longo dos séculos XIX e XX</b> |  |
|--|--|
| <b>1814</b>  | Posse britânica sob Essequibo  |
| <b>1840</b>  | Linha <i>Shomburgk</i> – definição da fronteira da Guiana Inglesa pelo Reino Unido |
| <b>1850</b>  | Acordo entre Reino Unido e Venezuela sobre a delimitação fronteiriça               |
| <b>1897</b>  | Mediação norte-americana   |
| <b>1899</b>  | Sentença arbitral de Paris concede à Inglaterra toda a área em disputa             |
| <b>1962</b>  | Denúncia venezuelana à ONU   |
| <b>1966</b>  | Acordo de Genebra e Proclamação da Independência da Guiana                         |
| <b>1970</b>  | Protocolo de Porto Espanha estabelece o congelamento da disputa por 12 anos        |
| <b>1986</b>  | Desbloqueio da disputa da ONU e lista tríplice de mediadores                       |

Fonte: FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS. Caderno FGV Energia de Geopolítica da Energia de Baixo Carbono e seus Impactos para o Brasil. Rio de Janeiro: FGV Energia, 2023. Tabela 1, p. 131. Disponível em: <https://fgvenergia.fgv.br/publicacao/caderno-fgv-energia-de-geopolitica-da-energia-de-baixo-carbono-e-seus-impactos-para>. Acesso em: 07 ago. 2024.